



COMPAGAS

Gás Natural



RELATÓRIO
ANUAL
2016



SUMÁRIO

06

Mensagem da Administração

Destaques de 2016	08
Contexto do Setor	09

11

Carta Anual de Governança

Sobre a Compagas	11
Governança Corporativa	13

17

Desempenho da Compagas

23

Relatório de Sustentabilidade

Capital Humano	23
Capital Intelectual	26
Capital Social e de Relacionamento	30
Capital Natural	32
Capital de Infraestrutura	33
Capital Econômico e Financeiro	35

38

Balanço Social

Carta Anual	40
Demonstrações Financeiras	42
Compagas em Números	84

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Este relatório, que a Companhia Paranaense de Gás (Compagas) apresenta aos clientes, fornecedores, acionistas e ao mercado em geral, tem o objetivo de demonstrar as ações executadas pela empresa, bem como os principais resultados e objetivos alcançados ao longo de 2016. As ações realizadas ao longo do ano reforçam o compromisso da Compagas em atuar com excelência no serviço de distribuição de gás, atendendo as expectativas dos clientes, de forma rentável, segura, ambientalmente adequada e com melhoria da qualidade de vida.

A Compagas encerrou o ano de 2016 com a marca de 36 mil clientes atendidos e um volume acumulado distribuído de mais de 476,2 milhões de metros cúbicos. O número de consumidores é 14% maior que o registrado em 2015, no entanto, o volume comercializado foi menor na comparação com o mesmo período.

O despacho térmico menor e a desaceleração econômica, que afetou principalmente os setores industriais da economia, foram os fatores de maior impacto nos resultados finais da Companhia. Contudo, é nos momentos de crise que existem oportunidades e é por este caminho que a Compagas segue.

No ano, a empresa investiu mais de R\$ 25 milhões em projetos para ampliar a sua atuação nos municípios que já contam com a rede de distribuição e para interiorizar o uso do gás natural. O maior montante foi aplicado na saturação da rede em Curitiba e Região Metropolitana. Nos Campos Gerais, a Compagas deu início ao projeto que vai atender o segmento residencial em Ponta Grossa e finalizou as obras que ligam Ponta Grossa a Carambeí e Castro. A previsão é que a rede entre em operação no primeiro trimestre de 2017, fornecendo o gás canalizado às indústrias da região.

Na Região Metropolitana de Curitiba, em Araucária, as obras também se concentraram para futuro atendimento ao setor residencial do município e, nos municípios do Projeto Nordeste RMC (Campina Grande do Sul, Colombo, Pinhais e Quatro Barras) as obras foram para ampliação de ramais e atendimento a novos clientes nestes locais.

Além dos investimentos para ampliar a presença da Compagas no Paraná, a empresa tem intensificado os projetos para a busca de novas alternativas de suprimento para o Estado. Estudos realizados junto a Copel para a implantação de um terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) no Porto de Pontal do Paraná devem somar ao plano estratégico da Companhia, como uma ação que permitirá, em um futuro próximo, a aquisição de combustível junto a fornecedores internacionais, possibilitando o aumento da competitividade do combustível e a diversificação da matriz energética estadual. Estudos de viabilidade técnica para uso do biogás e biometano também foram iniciados com o objetivo de consolidar esta cadeia de produção no Estado. Ao mesmo tempo, essa Companhia vê tal ação como uma oportunidade de dar uma destinação final adequada aos dejetos e resíduos, gerando uma nova fonte de renda aos produtores e criando uma nova matriz de gás para ser distribuído pela Companhia. Tais ações visam também estimular a economia local das regiões onde os projetos devem ser executados.

O ano de 2016 foi marcado por muitos acontecimentos que afetaram o modo de como a sociedade enxerga a administração pública. No ano que as práticas de governança e transparência ganhou a máxima atenção e passou a ser exercício diário nas instituições e empresas, a Compagas intensificou suas ações no sentido de tornar seus processos e operações ainda mais transparentes.

Para 2017, a estratégia é investir em obras e tecnologias que permitam ampliar o atendimento nas cidades que já possuem o atendimento da rede de distribuição de gás natural, levando conforto e comodidade a mais famílias, economia e competitividade a novos comércios e indústrias, sempre atendendo com excelência e eficiência. Destaca-se também, o desejo de continuar investindo para chegar a cada vez mais regiões do Paraná, de modo ampliar a presença e consolidar a estadualização desta Companhia.

Conselho de Administração

Presidente

Mauro Ricardo Machado Costa

Carlise Kwiatkowski

Eduardo Fernandes Paim

Anderson Gil Ramos Bastos

Walter Fernando Piazza Junior

Conselho Fiscal

Presidente

Cláudio Luiz Pacheco

Luciano Kulka Ribas

Reinaldo Luz Ceia de Souza

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Fernando Ghignone

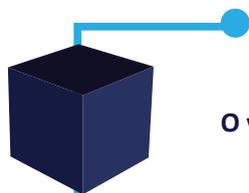
Diretor de Administração de Finanças

Fábio Augusto Norcio

Diretor Técnico-Comercial

José Roberto Gomes Paes Leme

DESTAQUES DE 2016



O volume de vendas atingiu a média diária anual de 1.301.325 m³.

Crescimento de 14% no número de clientes, com a entrada em operação de mais de 4 mil novos consumidores.



A rede de distribuição alcançou a marca de 800 km de extensão.

O quadro de pessoal encerrou o ano com um total de 182 colaboradores.



Em 2016, os investimentos totalizaram R\$ 25 milhões.

Resumo Econômico Financeiro (R\$/mil)

	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Bruta	424.101	482.838	2.034.463	1.753.893	680.768
Gás comprado para revenda	247.673	295.494	1.469.688	1.175.864	325.268
Custeio	46.765	49.294	101.080	106.505	171.610
Lucro Líquido	20.755	18.485	60.366	23.068	4.952
Lajida	41.133	37.244	97.790	73.610	30.682
Remuneração dos acionistas	4.929	4.390	14.337	5.479	1.302
Dividendos por lote de mil ações	0,14	0,12	0,43	0,17	0,04
Passivo	69.422	73.340	356.194	181.086	226.593
Ativo Total	291.728	308.966	634.220	475.895	526.221
Patrimônio Líquido	222.306	235.626	278.026	295.720	299.628

CONTEXTO DO SETOR

O setor de gás natural no país passa por um momento de transformações e em 2016 o mercado brasileiro ganhou uma atenção especial com o Programa Gás para Crescer, criado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Com o objetivo de endereçar as mudanças que o setor precisa para se desenvolver, o Ministério realizou uma consulta pública contemplando pleitos de produtores, transportadores, distribuidores e, o mais importante, dos consumidores que sustentam toda a cadeia de consumo do combustível. Tais reações foram, em grande parte, resultado do plano de desinvestimento da Petrobras, já em andamento e que deve se estender até 2019.

Para atender a consulta pública, os principais agentes do setor se juntaram na busca por soluções para os desafios relacionados à abertura do mercado. A Compagas participou de grupos de discussões e encaminhou propostas para o Ministério. Além do MME, coordenam o Programa a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Os principais objetivos do Gás para Crescer concentram-se na busca pela diversificação da oferta de gás natural ao mercado brasileiro, na possível mudança do modelo tarifário do transporte do combustível, e com isso, mais interessados em investir na ampliação da malha de gasodutos. A Compagas acredita que esta iniciativa possibilitará uma maior transparência ao setor, principalmente quanto à composição dos custos do gás natural, além de garantir ao país um gás mais competitivo, fortalecendo a indústria nacional, atraindo novos investimentos e ampliando ainda mais a participação do gás natural na matriz energética brasileira.

Além deste programa, outros temas tomaram conta do cenário nacional no ano, como as tratativas de renovação do contrato de suprimento com a Bolívia e a discussão do novo modelo de contratação da parcela de transporte do gás natural oriundo do gasoduto Bolívia-Brasil. Toda as decisões tomadas nestes cenários são de extrema importância pois devem impactar o mercado nacional e também as concessionárias distribuidoras do combustível.

No que se refere ao consumo de gás natural no país, 2016 continuou marcado pela desaceleração econômica. Os segmentos mais sensíveis a este cenário, como o industrial e o de geração elétrica, são os que tiveram as maiores retrações. No entanto, de acordo com a Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), as distribuidoras não deixaram de investir e o volume médio acumulado nos segmentos residencial, comercial e veicular chegou a superar, por alguns meses, a média do ano inteiro de 2015, como um sinal de como as pessoas e os empreendedores veem o gás natural como uma solução energética prática, eficiente e segura.

O volume de gás natural comercializado em todo o país foi 20% menor que em 2015, alcançando uma média diária de 61,4 milhões de metros cúbicos (m³) por dia, ante 77,1 milhões de m³ do ano anterior. O segmento industrial manteve a trajetória descendente com uma retração de 9% na comparação com 2015, cogeração apresentou recuo de 5% e matéria-prima de 11%. A geração elétrica teve queda de 42%, apontando que a desaceleração da economia e da indústria seguem impactando o mercado de gás natural brasileiro.

Os segmentos de varejo seguiram na contramão e comprovaram que a economia e a praticidade do gás natural seguem atraindo novos e mais consumidores pelo país. O setor residencial cresceu 14% e no comercial a alta foi de 4%. O consumo de Gás Natural Veicular (GNV) também aumentou. O crescimento de 3% neste mercado é um indicador de que o combustível veicular segue competitivo frente aos combustíveis líquidos.

O número de consumidores de gás natural em todo o país cresceu 7%, superando a marca de 3 milhões, e a extensão da rede de distribuição ultrapassou os 31,8 mil quilômetros em todos os estados que distribuem o gás canalizado. Os dados do mercado nacional apresentados neste relatório são do levantamento estatístico da Abegás, realizado com concessionárias de 20 estados, reunindo dados na indústria e nos segmentos residencial, comercial e automotivo, entre outros.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração em conjunto com o Relatório de Sustentabilidade e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, juntamente com o Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA¹

Sobre a Compagas

A Compagas - Companhia Paranaense de Gás - é a empresa responsável pela distribuição de gás natural no Estado do Paraná. Atende clientes dos segmentos residencial, comercial, veicular, industrial, de cogeração, matéria-prima, geração de energia em horário de ponta e térmica.

É uma sociedade de economia mista constituída em 06 de julho de 1994, sob o controle indireto do Estado do Paraná. Sua atividade principal é a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art.25 da Constituição Federal, para a utilização por todos os segmentos do mercado consumidor.

Referencial Estratégico

A Compagas pauta suas ações baseada em transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

- **Missão**

“Satisfazer as expectativas dos clientes atuando com excelência no serviço de distribuição de gás, garantindo o suprimento, de forma rentável, segura, ambientalmente adequada e com melhoria da qualidade de vida”.

- **Visão**

Consolidar e ampliar a presença nos diferentes segmentos de mercado, e ser reconhecida como a melhor distribuidora de gás canalizado da região sul.

- **Valores**

ÉTICA E RESPONSABILIDADE: nossos valores morais nos conduzem com responsabilidade e eficácia na direção da geração de valor para a sociedade.

COMPROMETIMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: com espírito de equipe e um elevado grau de comprometimento, compartilhamos nosso desenvolvimento profissional para o crescimento da Compagas.

MELHORIA CONTÍNUA: trabalhamos para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente nossas práticas e atitudes para gerar prosperidade aos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores.

FOCO NO CLIENTE: nossos clientes são a razão de nossa existência e dedicamos a eles nossos talentos.

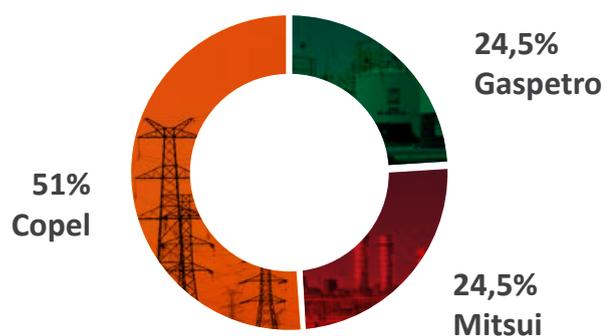
QUALIDADE DE VIDA: valorizamos a qualidade de vida, colocando o ser humano no centro de nossas prioridades empresariais.

PERENIDADE DO NEGÓCIO: nossa visão está dedicada a potencializar ações que garantam a perenidade do negócio.

¹ Atendimento a Lei 13.303, art 8, inciso III e VIII

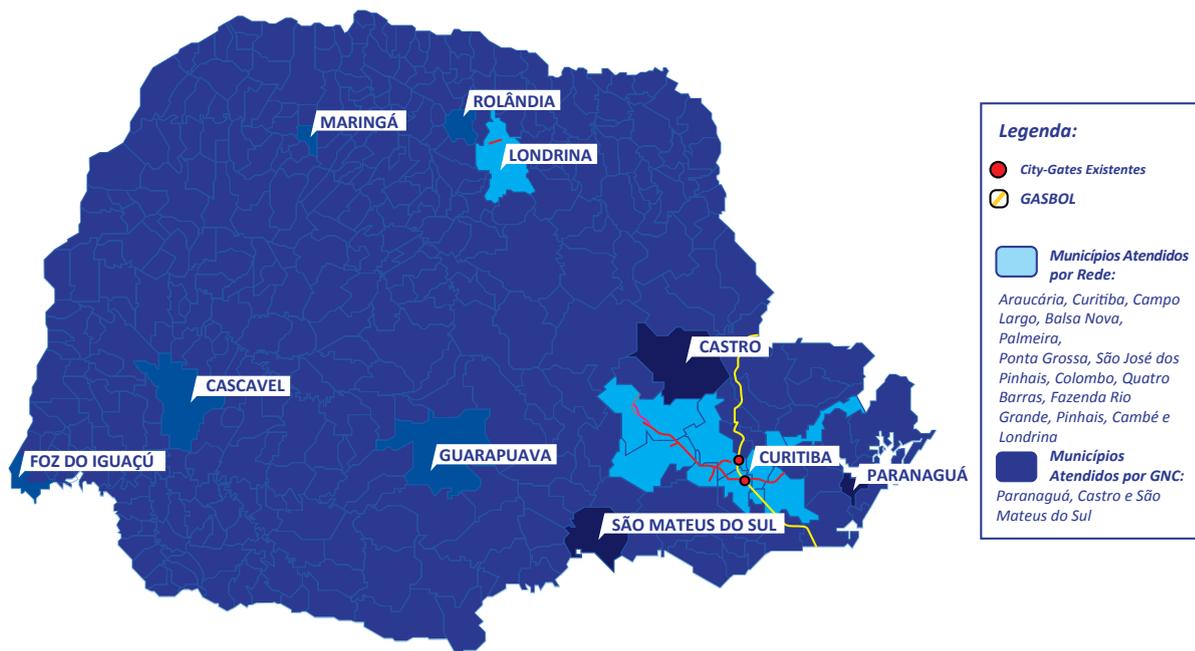
Participação Societária

A Compagas tem como acionistas a Companhia Paranaense de Energia - Copel, com 51% das ações, a Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro, com 24,5% e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., com 24,5%.



Presença da Compagas no Paraná

A Compagas leva os benefícios e vantagens do gás natural a mais de 36 mil consumidores de 17 municípios do Estado do Paraná: Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Londrina, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Paranaguá, São Mateus do Sul, Carambeí e Castro. A Companhia mantém seu objetivo de chegar a cada vez mais regiões, levando o gás natural como um indutor de desenvolvimento a mais municípios do estado.



Participação no mercado em 2016

Em 2016, o volume de vendas da Compagas atingiu a média anual de 1.301.325 m³/dia. De todos os segmentos atendidos pela Companhia, apenas os setores residencial, comercial e de matéria-prima registraram alta de consumo em relação ao ano anterior.

Na comparação nacional, o volume comercializado pela Compagas correspondeu a 2,2% do total de gás natural vendido no país. A representatividade foi 1,3 pontos percentuais menor do que a registrada em 2015. Entre os estados do Sul, a Compagas registrou a menor média anual, sendo a responsável por 27% do volume de gás natural distribuído no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em relação ao ano anterior a representatividade no Sul caiu.

Distribuição de Gás	2015 (%)	2016 (%)
Brasil	3,5	2,2
Região Sul	40	27
Paraná	100	100

Governança Corporativa

A estrutura de governança da Compagas conta com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auditoria Independente e Assessoria de Governança Corporativa e Gestão de Risco.

Composição e Remuneração da Administração

Representantes do Conselho de Administração

Presidente - Mauro Ricardo Machado Costa (*)
 Carlise Kwiatkowski (*)
 Eduardo Fernandes Paim (*)
 Anderson Gil Ramos Bastos (*)
 Walter Fernando Piazza Junior (**)

(*) Eleição na 80ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 05 de maio de 2015

(**) Eleição na 86ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 16 de dezembro de 2015

Representantes do Conselho Fiscal

Presidente - Cláudio Luiz Pacheco (*)
 Luciano Kulka Ribas (*)
 Reinaldo Luz Ceia de Souza (**)

(*) Eleição na 87ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 19 de abril de 2016

(**) Eleição na 89ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 14 de julho de 2016

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente - Fernando Ghignone
 Diretor de Administração de Finanças
 Fábio Augusto Norcio
 Diretor Técnico-Comercial
 José Roberto Gomes Paes Leme

Eleição na 121ª Reunião do Conselho de Administração (CAD) de 11 de junho de 2015

Remuneração da Administração

Administradores e Conselheiros Fiscais da Compagas têm sua remuneração definida em Assembleia Geral, que leva em conta a remuneração do exercício anterior e a correção monetária acumulada no período. Em 2016, a remuneração global anual da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi de R\$ 2,4 milhões, conforme o quadro abaixo.

Remuneração da Administração

Administração	R\$
Conselho de Administração	365.607,90
Conselho Fiscal	150.701,59
Diretoria Executiva	1.905.984,60
Total	2.422.294,09

Estrutura de Controle

A estrutura de controle da Compagas tem como base o estabelecimento de mecanismos internos de governança com o objetivo de prevenir a não ocorrência de ações prejudiciais à Companhia, além de observar as normas legais e assegurar que as ações sejam aderentes às diretrizes, normas e procedimentos da empresa. Para isso, a estrutura de controle está em conformidade com os princípios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*²,

reconhecido como modelo para desenvolvimento, implementação e condução dos controles internos e para a avaliação de sua eficácia.

Os Controles Internos devem estar presentes em três linhas de defesa:

(1ª) ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de controles internos;

(2ª) função de *Compliance* e Riscos; e

(3ª) Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

A primeira linha de defesa (ação dos administradores e empregados, por meio da implementação cotidiana de controles interno) é obtida a partir da prática e uso dos princípios do COSO já implementados na Companhia. A seguir tabelas demonstrativas dos controles implementados:

Temas da Matriz de Controle dos processos SOX da Compagas

Processos com materialidade financeira	Quant. Controles
Atender obrigação tributária e fiscal	02
Compras	04
Fechamento Contábil	05
Intangível	02
Jurídico	02
Receita	04
Tesouraria	01
TOTAL	20

² Disponíveis em: <http://www.coso.org/guidance.htm>

Temas da Matriz de Controle dos processos do Entity Level SOX da Compagas

Processos do nível corporativo (entity level)	Quant. Controles
Código de Conduta	02
Contabilidade	01
Desenvolver Estruturação Organizacional	02
Monitoramento do Ambiente de Riscos e Controles	04
Orçamento	10
Planejamento Estratégico	01
Recursos Humanos	04
Socioambiental	04
TI – Continuidade do Negócio	01
TOTAL	29

Para a segunda linha de defesa (função de *Compliance* e Riscos) a Companhia possui na sua estrutura organizacional a área de Governança Corporativa e Gestão de Risco com atribuições suficientes para avaliar o cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, bem como das políticas e processos internos, tratando das atividades de Controle Interno, *Compliance* e Gestão de Risco.

Para a terceira linha de defesa (Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário), envolve a criação de uma estrutura mais independente do dia a dia da Companhia, capaz de avaliar a efetividade das estruturas e processos de controle instalados. Atualmente estas atividades de auditoria interna são desenvolvidas pelas auditorias internas dos sócios, e conforme estabelece a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016³, a Compagas tem até 30/06/2018 para implementar a estrutura de auditoria interna e o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).

Políticas e Práticas de Governança Corporativa

A Compagas procura seguir o padrão e as melhores práticas de governança corporativa que são o sistema

de gestão pelo qual uma empresa é dirigida e monitorada. Envolve o relacionamento entre acionistas, Conselho de Administração, Auditoria Externa, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva com as demais partes interessadas⁴ da Companhia.

A Alta Administração⁵ da Companhia busca estabelecer relacionamentos com princípios éticos, responsáveis e transparentes, trabalhando para atingir a excelência empresarial, melhorando continuamente as práticas e atitudes, visando potencializar ações que garantam a perenidade do negócio. Neste sentido a política / prática de Governança Corporativa tem como principais objetivos:

- Contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- Aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas;
- Minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros;
- Aumentar o valor da Companhia;

³ Lei 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

⁴ Partes Interessadas ou “stakeholders”, compreendem todos os entes envolvidos com os negócios e/ou operações da Companhia: acionistas, clientes, fornecedores, público interno, poderes públicos, a comunidade e o meio ambiente

⁵ Diretores e Conselheiros de Administração da Compagas

- Preservar a memória das decisões tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, buscando a eficiência na realização de suas reuniões;
- Ser um instrumento essencial para a condução dos negócios da Companhia de forma eficaz e organizada perante as partes interessadas.

Visando o aprimoramento da relação com as partes relacionadas a alta administração adota o modelo de governança pautado nas melhores práticas propostas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), observado os princípios:

- Transparência,
- Equidade,
- Prestação de contas,
- Responsabilidade corporativa.

Neste sentido e considerando estes princípios a Compagas procura:

1. Realizar comunicação interna e externa com total transparência, de forma espontânea, franca e ágil, sem restrição ao desempenho econômico-financeiro, social e ambiental e que norteie ação empresarial para a criação de valor.
2. Promover tratamento justo e igualitário a todos os grupos minoritários, quer sejam do capital (acionistas) ou qualquer outra parte interessada. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.
3. Zelar para que os agentes da Governança Corporativa (Acionistas, Conselho de Administração,

Conselho Fiscal e Diretoria Executiva) prestem contas de sua atuação a quem os elegeu e respondam integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos.

4. Fomentar as melhores práticas de desenvolvimento sustentável em sua área de abrangência, conciliando as questões de desenvolvimento econômico com as de responsabilidade socioambiental.

5. Aprimorar constantemente o gerenciamento de riscos que envolvem os negócios da Companhia.

6. Manter adequado sistema de controles internos, com constante avaliação de sua efetividade e conformidade.

7. Avaliar e propor ações para a constante disseminação da ética em todos os níveis de relacionamento interno e externo.

8. Avaliar as possibilidades de existência de situações que envolvam decisões motivadas por interesses distintos daqueles da organização, criando mecanismos para evitar conflito de interesses.

9. Cumprir as disposições legais em âmbito nacional e internacional, quando aplicável, com alinhamento a requisitos do ambiente regulatório da Companhia.

10. Criar um conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que a conduta da alta administração da Companhia esteja sempre alinhada com o interesse das suas partes interessadas.

DESEMPENHO DA COMPAGAS

Em 2016, o volume de vendas da Compagas atingiu a média anual de 1.301.323 m³/dia. Em relação a 2015, a média total teve queda de 52%. Se excluirmos o volume vendido para a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA), o mercado não térmico apresentou retração de 10% em relação ao ano anterior, sendo os segmentos residencial, comercial e matéria-prima os únicos setores que se mantiveram com crescimento durante o ano. O mercado industrial continua em desaceleração e afeta a economia nacional. No Paraná, o volume de gás comercializado para o setor foi menor em função da queda de produção e do fechamento de empresas do segmento.

No mercado nacional a demanda de gás para a geração de energia nas térmicas caiu e no Paraná o cenário não foi diferente. O suprimento de gás natural à UEGA teve queda em 2016 e atingiu a média anual de 42.185 m³/dia. Este volume é 96% menor que a média registrada em 2015 quando a UEGA estava ligada para atender o Sistema Interligado Nacional, devido à crise hídrica pela qual o país passava.

COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2015/2016

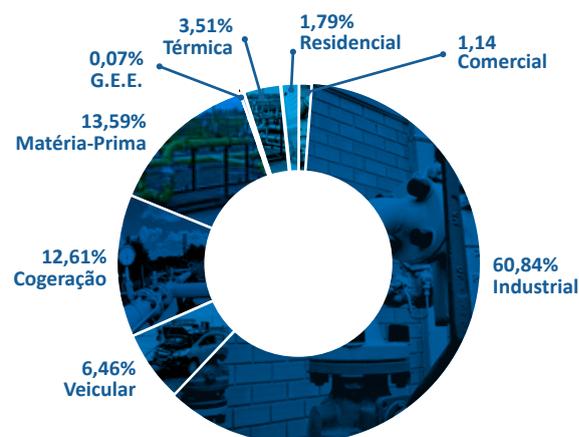
Comercialização (m ³ /dia)	Média 2015 (m ³ /d)	Média 2016 (m ³ /d)	2015/2016 (%)
Residencial	18.071	23.251	29%
Comercial	14.412	15.098	4%
Industrial	927.125	795.032	-14%
Veicular	86.031	84.738	-1%
Cogeração	198.251	161.264	-17%
Matéria-Prima	170.225	178.926	5%
G.E.E.	1.174	831	-24%
Total mercado não térmico	1.415.289	1.259.140	-10%
Térmica	1.316.754	42.185	-96%
Total comercializado	2.732.043	1.301.325	-52%

No ano, a térmica respondeu por cerca de 4% de todo o gás distribuído pela Compagas. O segmento industrial representou 61% do total de gás natural comercializado pela Compagas em 2016, seguidos pelos segmentos de matéria-prima com participação de 14%, cogeração de 13%, do veicular representando 6% do volume total, e dos setores residencial e comercial, que somam 3%.

Clientes e segmentos atendidos

Com crescimento médio de 14% em 2016, a base de clientes da Compagas apresentou a entrada de operação de 4,4 mil novos consumidores, totalizando 36.189 clientes, com destaque para o segmento residencial, que superou a marca de 35 mil unidades com o fornecimento de gás natural, representando mais de 98% da base de clientes da Companhia.

PARTICIPAÇÃO NO VOLUME MÉDIO DIÁRIO POR SEGMENTO (%)



CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO - 2015/2016

Segmentos atendidos	2015	2016	2016/2015 (%)
Residencial	31.158	35.528	14%
Comercial	436	458	5%
Industrial	149	157	5%
Veicular	37	36	-3%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	3	3	0%
G.E.E.	4	4	0%
Total mercado não térmico	31.789	36.188	14%
Térmica	1	1	0%
Total	31.790	36.189	14%



Mercado Industrial

A desaceleração econômica do País continua afetando o consumo de gás natural nos segmentos mais sensíveis a este cenário, como o industrial e o de geração elétrica. Na Compagas, o Mercado Industrial fechou o ano em baixa. Em relação a 2015, apenas o segmento de matéria-prima registrou breve alta no consumo de gás natural, de 5%; o uso industrial teve queda de 14%, cogeração baixa de 17% e geração de energia elétrica em horário de ponta caiu 24%.

Mesmo em meio à recessão, entre fechamentos e desligamentos de empresas, a carteira de clientes do setor aumentou e passou de 158⁶ clientes em 2015 para 166⁷ em 2016. No último ano, a Compagas ligou novas indústrias à sua rede de distribuição. Entre os novos consumidores estão a Aker Solutions do Brasil e

a NGCor, ambas com plantas em São José dos Pinhais, a Metalúrgica Princesa dos Campos, instalada em Ponta Grossa, a Ofir Alimentos, localizada em Pinhais, e a Stival Alimentos, a Cervejaria Klein e a Grifols do Brasil, as três últimas com fábricas em Campo Largo. No ano, a Compagas também fechou mais 13 contratos no segmento industrial.

Na comparação nacional, o consumo das indústrias paranaenses, somando os segmentos industrial, grandes consumidores, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica em horário de ponta, representa 2% do total de gás natural utilizado pelo setor em todo o país. Na Região Sul, o volume utilizado no Paraná representa 28% do comercializado nos três estados.

6 Inclui os segmentos industrial, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica em horário de ponta.

7 Inclui os segmentos industrial, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica em horário de ponta.

Mercado Termelétrico

As usinas térmicas brasileiras que usam gás natural para gerar energia consumiram em 2016, em média, 26% menos do que em 2015, de acordo com dados do Boletim de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME). No Paraná, a queda foi ainda maior. A Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA) pouco despachou em 2016 e alcançou a média diária de 42.185 m³/dia. O volume é 96% menor do que o registrado em 2015 e 98% mais baixo que o de 2014, quando a UEGA registrou seu melhor desempenho. Tal queda, em 2016, se deve ao menor uso da energia gerada pela usina, conforme decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pela significativa melhora do quadro hidrológico do país e pela redução da carga do sistema em meio à queda no consumo de energia pela atividade econômica mais fraca em todo o território nacional.

Mercado Veicular

O Gás Natural Veicular (GNV) se manteve vantajoso durante todo o ano de 2016, principalmente em função das diversas altas de preço dos combustíveis líquidos. No ano, a economia média do GNV em relação ao etanol e à gasolina foi de mais de 40%. Em função desta vantagem econômica, frente ao atual cenário brasileiro, a frota de veículos com gás natural cresceu. No Paraná, o número de conversões de carros para o uso do GNV foi 151% maior que no ano anterior. Em 2016, 691 carros iniciaram o uso do combustível e a frota paranaense de usuários do GNV atingiu a marca de 34.383 veículos.

No entanto, mesmo aumentando o número de veículos, o volume de GNV comercializado no Estado foi 1% menor que no ano anterior. No total, foram vendidos 31 milhões de m³ no estado, uma média diária de 84.738 m³ - o que representa 6% do volume total comercializado pela Compagas durante todo o ano. Entre os estados do Sul, o consumo registrado pelo

segmento veicular no Paraná representa 16% do total comercializado no setor. Na comparação nacional, a representatividade do volume paranaense é de 2%.

O segmento encerrou o ano com 36 postos revendedores instalados em Curitiba, Campo Largo, Colombo, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Pinhais e Paranguá. Um posto em Londrina, no Norte do Estado, comercializa o gás natural fornecido pela Gas Local.

Projetos e Ações Desenvolvidas

Em 2016, a Compagas deu continuidade aos projetos que visam estimular todos os níveis da cadeia do segmento veicular. Dentre as ações estiveram uma série de visitas a frotistas e contatos com o objetivo de esclarecer mitos e de manter um relacionamento com tal público, além de uma campanha publicitária que reforçou as vantagens do Gás Natural Veicular (GNV).

Com foco principal no maior rendimento e no desconto do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a campanha publicitária veicular no mês de novembro, em Curitiba e Região Metropolitana, reforçou a economia de mais de 40% que os motoristas podem ter com o uso do GNV. As peças trouxeram um odômetro com a frase “Com GNV Compagas tá bom demais”. A campanha contou com anúncio em jornal, mobiliário urbano, mídias digitais e spot em rádios.

Mercado Urbano (Residencial e Comercial)

O mercado urbano, formado pelos segmentos residencial e comercial, se manteve em crescimento, totalizando 35.986 clientes em 2016 e representando mais de 98% do total de clientes da Compagas.

	2015	2016
Residencial	31.158	35.528
Comercial	436	458
Total Mercado Urbano	31.594	35.986

Consumidores Residenciais

O mercado residencial teve destaque em 2016. O volume de gás natural distribuído para as residências foi 29% maior que em 2015. A média diária anual passou de 18.071 m³ em 2015 para 23.251 m³ em 2016. Esta é a maior alta já registrada dos últimos anos no segmento e reflete o bom desempenho do setor. Cada dia mais paranaenses aproveitam as facilidades e comodidades que o gás natural pode oferecer para as residências, além do conforto e da praticidade com mais economia para as famílias.

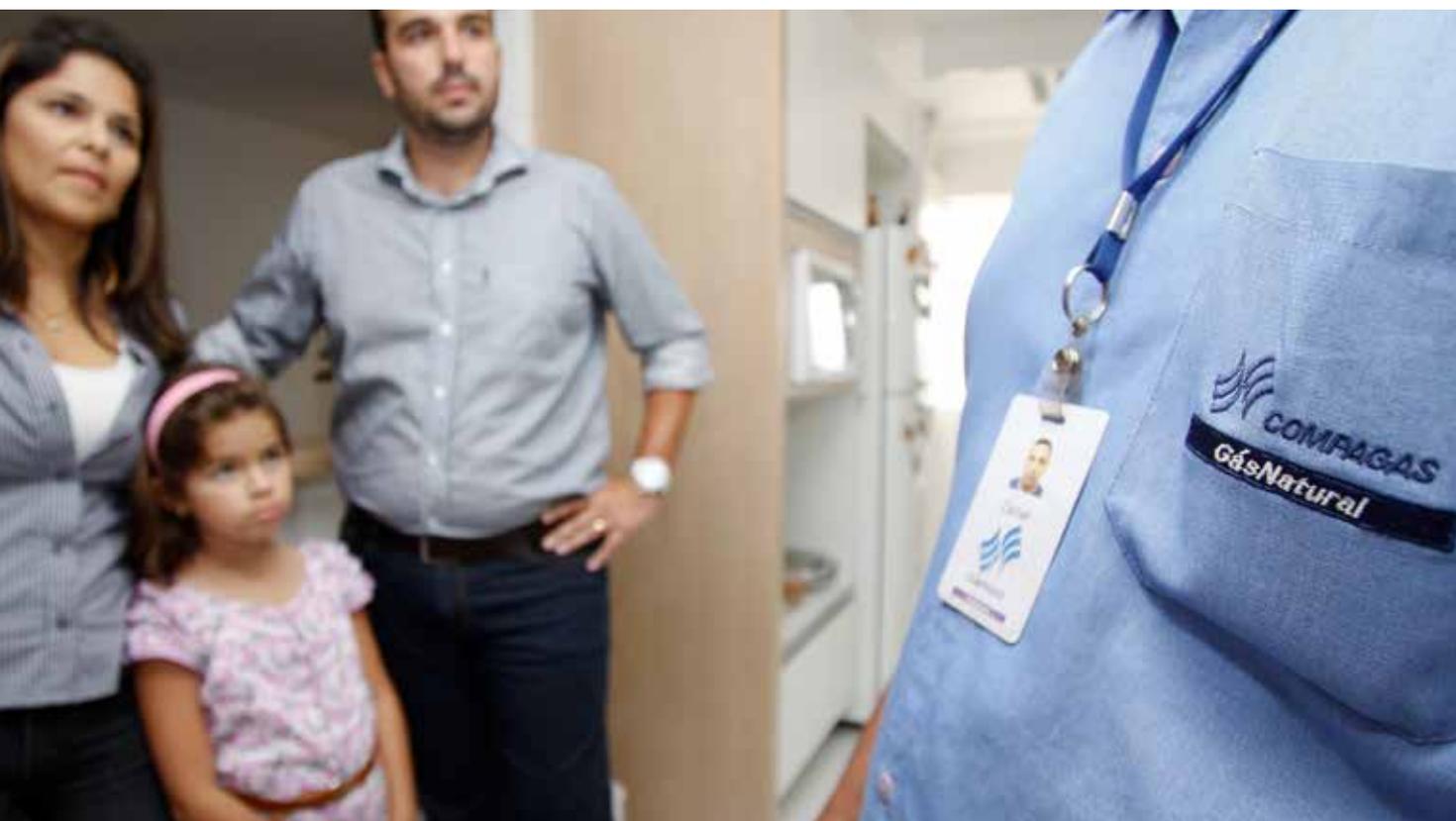
A Compagas superou a marca de 35 mil clientes residenciais, alcançando um total de 35.528 unidades domiciliares ligadas, ou seja, com o gás natural disponível para utilização. Comparativamente, podemos dizer que são mais de 100 mil pessoas que utilizam o combustível fornecido pela Compagas para as principais atividades do dia a dia, desde a cocção de alimentos, ao aquecimento de água da pia, do chuveiro ou da piscina. Como destaque do ano, têm-se o recorde de

vendas do gás natural para as residências no mês de junho, com a marca de 32,6 mil m³/dia no mês.

De janeiro a dezembro, 89 prédios da capital paranaense passaram a utilizar o gás natural, somando 4.370 novos domicílios atendidos. Ao todo, são 735 edifícios que já utilizam o sistema na cidade. Além de Curitiba, um edifício em Ponta Grossa é atendido pela Compagas.

Pelo quarto ano consecutivo, a Compagas encerrou o ano como a 3ª maior distribuidora de gás natural no segmento residencial no que se refere ao volume comercializado, ficando atrás somente das distribuidoras de São Paulo e Rio de Janeiro, e como 6ª maior em número de clientes no setor, de acordo com os dados consolidados da Abegás.

Na comparação nacional, o consumo das residências paranaenses representa 2% do total de gás natural utilizado pelo setor em todo o país. Na Região Sul, o volume utilizado no Paraná representa 61% do comercializado nos três estados para o segmento.



Consumidores Comerciais

O setor comercial se manteve em crescimento em 2016. O volume de vendas atingiu a média diária de 15.098 m³, sendo 4% maior que em 2015. Este consumo representa 25% do total utilizado pelo setor no Sul do país e 2% do total nacional do segmento.

Quanto ao número de estabelecimentos com gás natural no Paraná, este passou de 436 em 2015 para 458 em 2016. Entre os clientes que iniciaram o consumo do combustível no ano, destacam-se: Festival Champagnat, Instituto dos Cegos de Curitiba, Bier Garten, 5ASec Lavanderia, Abaré Pizzaria Campo Largo, Hotel Pestana, Slaviero Suítes, Dom Ricardo Express, Ibis Aeroporto e o Restaurante Novo Madalosso.

No ano, a Compagas também fechou mais 28 contratos no segmento comercial com início de fornecimento previsto para 2017, entre eles, com o primeiro cliente comercial de Campina Grande do Sul: o Hospital Angelina Caron.

Expansão da Rede de Distribuição

Em 2016, a Compagas realizou obras com o objetivo de expandir a rede de distribuição nos municípios já atendidos pela Companhia além de interiorizar a utilização do gás natural. No período, a malha de dutos cresceu 18 km, alcançando a marca de 800 km. Este crescimento exigiu um investimento total de mais de R\$ 25 milhões.

O maior investimento foi concentrado para a saturação da rede existente nos municípios que contam com a rede de gás canalizado. No mercado urbano foram investidos R\$ 6,8 milhões para a construção de 10,5 km de rede e para a ligação de mais de 4,4 mil empreendimentos residenciais e comerciais. No setor industrial, mais de R\$ 2,9 milhões foram direcionados para a execução de mais de 3,8 km de ramais e projetos para ligação de 12 clientes.

A Região dos Campos Gerais também recebeu investimentos da Compagas. Em 2016 foram aplicados

mais de 1,4 milhões para cumprir o trecho de 2 km das obras da primeira fase do projeto que vai levar gás natural ao segmento residencial em Ponta Grossa. A meta da Companhia é construir, no total, mais de 6 km de rede de distribuição para atender, inicialmente, cerca de 600 apartamentos. As obras foram iniciadas em abril e, com este projeto, Ponta Grossa será o segundo município do Paraná a ter abastecimento residencial urbano de gás natural, depois de Curitiba.

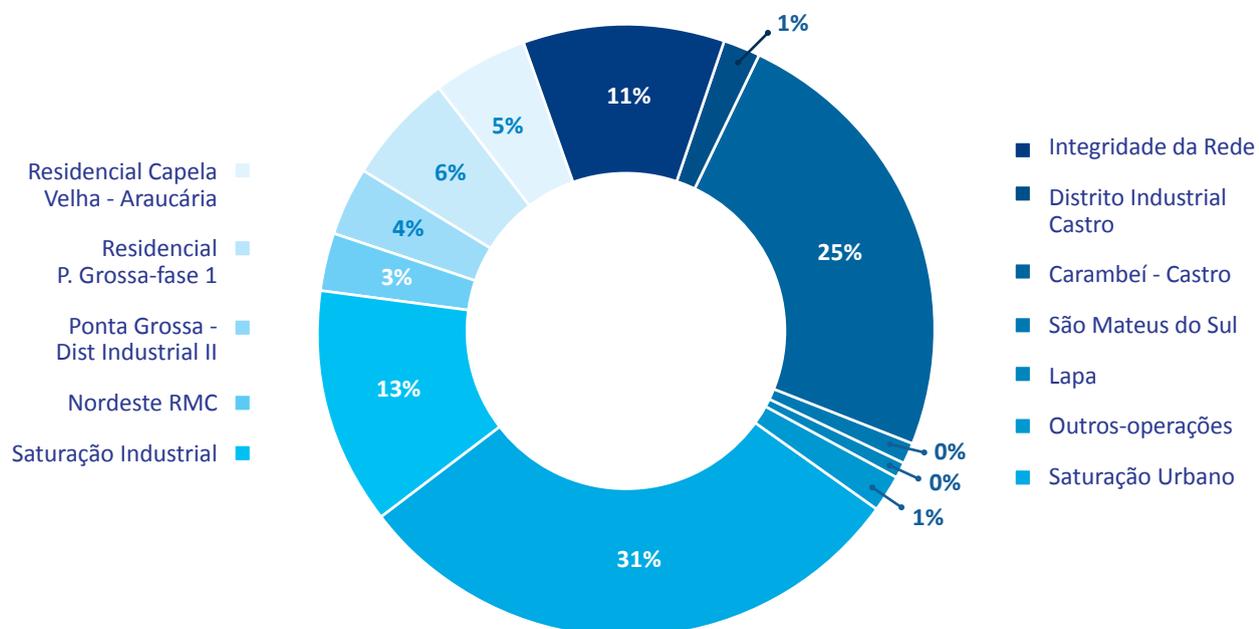
No Distrito Industrial II de Ponta Grossa, em Carambeí e em Castro, a Compagas investiu mais de R\$ 6,6 milhões para a finalização das obras que levarão o gás natural aos respectivos municípios. O projeto total tem um traçado de 75 km de dutos interligando os municípios, a partir da rede em Ponta Grossa, ao longo da BR-376, seguindo pela PR-151, que passa por Carambeí, chegando até Castro. As obras foram iniciadas em 2014 e estão finalizadas. A operação da rede está prevista para iniciar a partir do primeiro trimestre de 2017.

Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foram executados 1,4 km de rede para a construção do ramal Capela Velha em Araucária, com investimento total de R\$ 1 milhão. Este projeto visa atender, inicialmente, três condomínios do bairro Capela Velha, totalizando mil apartamentos, a partir de outubro de 2017. Com isso, Araucária se torna a terceira cidade do Estado do Paraná a ter abastecimento residencial de gás natural, depois de Curitiba e Ponta Grossa.

Ainda na Região Metropolitana da capital paranaense, cerca de R\$ 700 mil foram destinados às obras de ramais do Projeto Nordeste RMC, que contempla os municípios de Colombo, Quatro Barras, Pinhais e Campina Grande do Sul. Outros R\$ 190 mil foram direcionados para os projetos que visam ligar a rede de distribuição aos municípios de São Mateus do Sul e Lapa.

A Compagas investiu mais de R\$ 2,4 milhões em obras de integridade de rede para garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural a todos os clientes da Companhia. Todos os serviços contaram com o acompanhamento de profissionais da Compagas.

DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS



Captação de Recurso

Para financiar parte do plano de investimentos, a Compagas contratou em 2015 um financiamento junto ao BNDESPAR no valor de R\$ 33 milhões para execução de uma parte do ramal Distrito Industrial Ponta Grossa II e para os ramais que interligam os municípios de Carambeí e Castro. Em 2016 foram liberados para a Companhia o valor de R\$ 23,7 milhões. Os demais valores estão previstos para serem liberados ao longo do ano de 2017.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE⁸

Em atendimento a Lei 13.303, artigo nº 8, inciso IX, a Compagas publica seu Relatório de Sustentabilidade visando a prestação de contas de forma transparente para todos os seus públicos de relacionamento, bem como a apresentação dos principais impactos sociais, ambientais e econômicos causados pela operação da rede de distribuição de gás natural. A presente edição contempla informações sobre a gestão e desempenho do ano de 2016, demonstrando o contexto de cada um dos capitais Humano, Intelectual, Social e de Relacionamento, Natural, de Infraestrutura e Econômico e Financeiro, trazendo detalhes sobre os temas relevantes do nosso negócio.

Capital Humano

Os principais investimentos e focos do Capital Humano da Compagas estão direcionados ao desenvolvimento profissional e qualificação das pessoas em alinhamento com as prioridades do negócio, aos benefícios concedidos, além do previsto em legislação, compatível com os das melhores empresas, ao aperfeiçoamento da prática da gestão, da saúde e da segurança.

Gestão do Capital Humano

Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da Compagas é formado por 182 colaboradores, sendo 162 pessoas do quadro de empregados concursados. Além disso, a Companhia conta com empresas contratadas mediante processo licitatório que prestam serviços em atividades como leitura de medidores, manutenção, vigilância e zeladoria, armazenagem e movimentação e materiais, entre outros.

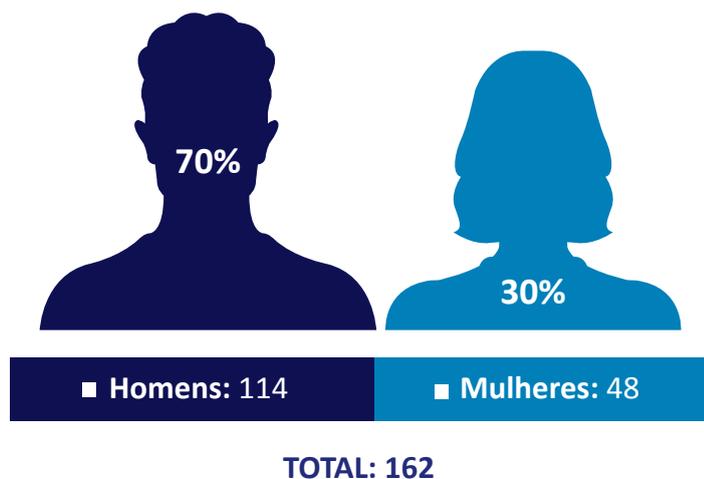
A Compagas se orienta no relacionamento com estes profissionais tendo por princípio o respeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A empresa espera desse público atuação íntegra, sendo as condutas desejadas extraídas do Código de Ética e Conduta da Compagas.

Quadro de Colaboradores	2017
Empregados Concurados	162
Aprendiz	0
Diretores	03
Cedido	01
Comissionados	06
Estagiários	10
Total	182

⁸ Atendimento a (Lei 13.303, art 8, inciso IX)

Principais Informações sobre o quadro pessoal e seu desempenho

Quadro de Concursados da Compagas



Mais de 60% dos empregados (66%) são pessoas abaixo de 45 anos.

A taxa de rotatividade foi de 1,23%.

100% dos empregados estão cobertos por Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Em 2016, a Compagas investiu mais de R\$ 150 mil em treinamento e desenvolvimento.

Com o objetivo de realizar novas contratações ou substituições que se fizerem necessárias em função de turn-over pelos diversos motivos que o mercado de trabalho impõe, a Compagas realizou em 2016 um Concurso Público para 24 cargos, sendo 16 para profissionais de nível superior com formação em Administração; Economia; Contabilidade; Ciências da Computação; Sistemas da Informação; Marketing; Comunicação Social; Secretariado Executivo; Biblioteconomia; Direito; Engenharias: de Produção, Mecânica, Civil, Elétrica, Eletrotécnica, Ambiental e Química; e oito cargos para técnicos de nível médio ou pós-médio. Mais de 10 mil pessoas realizaram as provas nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Londrina. O concurso, homologado em setembro de 2016, terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Benefícios

A Compagas destinou mais de R\$ 5,9 milhões para pagamentos de benefícios aos seus empregados, contemplando valores para Assistência Médica, Vale-Alimentação/Refeição, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Auxílio Creche/Educação, entre outros.

Visando a qualificação e o desenvolvimento dos seus empregados, a Compagas investiu mais de R\$ 150 mil em mais de 3 mil horas em treinamento e capacitação dos seus colaboradores. Ao todo, foram realizados 59 eventos de treinamento, com 115 participações, e uma média de 17,3h de treinamento por empregado.

A Compagas possui o Programa de Assistência Educacional que reembolsa cursos de pós-graduação do tipo *lato sensu* e *stricto sensu* para funcionários em carreira de nível superior com tempo de serviço igual ou superior a 12 meses. O programa visa contribuir para o crescimento e capacitação dos empregados em consonância com a área de atuação do mesmo, com a Missão, Visão e Valores da Companhia, bem como de acordo

com os objetivos estratégicos da empresa. Em 2016, nove funcionários foram beneficiados pelo programa, totalizando um investimento de R\$ 82,3 mil.

A Compagas ainda concede bolsas de estudo para aprendizado da língua inglesa, visando estimular o desenvolvimento das pessoas e atender as necessidades e interesses da Companhia. A bolsa se caracteriza pelo reembolso, ao empregado, de até 80% das despesas, considerando matrícula, mensalidades e materiais didáticos, até o valor limite de R\$ 250,00 mensais. Em 2016, nove empregados usufruíram deste benefício ofertado pela Compagas, totalizando um reembolso de R\$ 11,5 mil.

Qualidade de Vida, Saúde e Segurança

Em 2016, a Compagas deu continuidade aos programas que visam auxiliar na saúde e qualidade de vida dos seus colaboradores. No ano, cerca de 60% dos funcionários foram beneficiados pelo Programa Saúde a Todo Gás, que prevê o auxílio e o incentivo à prática da atividade física, através de reembolso de mensalidades de atividades físicas limitado ao valor de R\$ 100,00 por mês.

O Programa de Incentivo à Prática Desportiva - Sportgás, que trata da participação em corridas de rua, contou com 22 participantes que, juntos, percorreram mais de 3 mil km em 96 provas durante todo o ano. Neste programa, a Compagas concede um kit de material esportivo próprio para esta atividade e custeia o valor das inscrições nas provas. A permanência do empregado atleta no Sportgás está condicionada ao cumprimento de determinadas regras anuais, conforme norma interna.

Em 2016 foi dada continuidade às atividades ministradas pelo SESI, no Programa de Ginástica Laboral. Duas vezes por semana, colaboradores de todas as áreas da empresa participaram da atividade na sede da Companhia, em Curitiba.

Para cuidar da saúde de seus colaboradores, a Compagas possui o Programa de Controle Médico de Saúde

Ocupacional (PCMSO), em Parceria com a Fundação Copel, para a realização de consultas e exames que possam afetar a capacidade e produtividade no trabalho. Em 2016 foram realizados exames periódicos em 161 funcionários do quadro próprio.

Por desenvolver atividades associadas a fatores de risco, a Compagas conta com uma Política de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) que visa estabelecer os compromissos da Companhia para com a segurança de suas redes de distribuição, com a proteção ao meio ambiente e com a integridade física dos envolvidos em suas atividades. A Gerência da Assessoria de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) é a responsável pela identificação de riscos e definições de ações preventivas, bem como pelo cumprimento das ações previstas na Política de SMS.

Entre as ações realizadas, preocupada com a segurança de sua rede de distribuição e da comunidade em geral, em 2016, a Compagas executou ações que explicam os métodos de construção e os procedimentos de segurança adotados pela Companhia nas comunidades próximas ao traçado da rede de distribuição durante as obras de construção para moradores e comerciantes locais. A equipe de segurança do trabalho realizou mais de 1.000 inspeções ao longo das obras e serviços da Compagas, que geraram um total de 332 Relatórios de Inspeção de Segurança (RIS) com problemas, desvios e/ou não conformidades.

Todas as atividades em campo são realizadas por funcionários ou terceiros que tenham participado de treinamentos sobre procedimentos relacionados à saúde e segurança no trabalho e da exposição dos riscos para as atividades realizadas. Entre os temas e assuntos aplicados nos treinamentos, em destaque está o curso com as atualizações da NR-33 que trata dos requisitos para identificação de espaços confinados e o reconhecimento, aplicação, monitoramento e controle de riscos existentes. Este curso visa garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem direta ou indiretamente nestes espaços e é aplicado anualmente aos funcionários.

Saúde e Segurança	2014	2015	2016
Óbitos	0	0	0
Taxa de Absenteísmo	13,97%	14,37%	13,72%
Taxa de Frequência de acidentes com afastamentos - TFCA (*)	3,44	0	3,33
Taxa de Gravidade - TG (*)	24	0	3,33

(*) TFCA: número de acidentes com funcionários/milhão de hh

(*) TG: número de dias perdidos/milhão de hh

Capital Intelectual

De modo a satisfazer as expectativas de seus clientes, atuar com excelência na distribuição do gás natural e levar o gás combustível a cada vez mais pessoas e regiões, a Compagas investe em estudos e projetos que visam o desenvolvimento de novas tecnologias, inovações operacionais e na busca por novas alternativas de suprimento. Diversas ações também são realizadas com o objetivo de disseminar a marca Compagas a um público cada vez maior.

Novas alternativas de suprimento

De alguns anos para cá, a Compagas tem investido em estudos que visam encontrar soluções e apontar novas alternativas de suprimento para o Paraná. Em 2016, dois projetos receberam destaque: o Biogás/Biometano e a parceria com a Copel para os estudos do plano estratégico de suprimento de gás natural para o mercado paranaense.

Biogás/Biometano

A Compagas vem conduzindo projetos que visam consolidar a cadeia do biogás e do biometano no Paraná. Atualmente, um grande desafio da agropecuária moderna é produzir alimentos de qualidade, em quantidade e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade de toda a cadeia produtiva. Os criadores do Paraná, no entanto, têm enfrentado essa questão de maneira inteligente. É cada vez maior o número de pecuaristas (principalmente os criadores de suínos, bovinos e aves) que usam o biodigestor, equipamento que trata os dejetos dos animais, produzindo o biogás.

Diante deste cenário, em 2016, a Compagas se uniu, através de termos de cooperação, ao Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás) e à Castrolanda – cooperativa do segmento agropecuário que possui cerca de 850 cooperados em Castro - para conduzir projetos de viabilidade técnica e econômica nas regiões de atuação destas instituições. A Compagas vê no biogás/biometano uma oportunidade de dar uma destinação final adequada aos dejetos e resíduos, gerando uma nova fonte de renda aos produtores e criando uma nova matriz de gás para ser distribuído pela Companhia.

Os estudos de viabilidade estão sendo realizados em duas regiões do Estado: no Oeste, contemplando os municípios de Toledo e Entre Rios do Oeste, em conjunto com o CIBiogás, e nos Campos Gerais, no município de Castro, em conjunto com a Castrolanda.

Copel e Compagas: plano para ampliação do suprimento

A Copel, acionista majoritária da Compagas, estuda a instalação de um terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) no porto do município de Pontal do Paraná, localizado a pouco mais de 100 km de Curitiba. O terminal faz parte de um plano estratégico de suprimento de gás natural para o estado. Essa ação permitirá a aquisição de gás natural junto a fornecedores internacionais, aumentando a competitividade do combustível e diversificando as alternativas de suprimento para o Paraná.

A Compagas participa dos estudos do plano que prevê ainda a construção de um gasoduto de 130 km de

extensão, para interligar o terminal de regaseificação à rede canalizada existente na Região Metropolitana de Curitiba. A intenção da Compagas é ampliar ainda mais este gasoduto, chegando até o Norte do Estado. Essa expansão está ancorada na implantação de três novas

usinas termelétricas que a Copel prevê ofertar em leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): UTE Litoral, UEGA 2 e UTE Sul, cada uma podendo chegar a 500 MW de capacidade instalada. A previsão é cumprir todas essas etapas em até dez anos.

Marca

A Compagas fornece comodidade, segurança, praticidade e economia a mais de 36 mil consumidores. Os clientes industriais produzem conceitos e tecnologias com a energia fornecida pela Companhia e mais de 30 mil veículos ganham em rendimento e economia com o combustível canalizado. A Compagas é a 6ª maior distribuidora do país em número de clientes. A marca atingiu no ano de 2016 mais de 2 milhões de pessoas pelas redes sociais e em 30 eventos patrocinados pela Companhia.

Mais do que comercializar gás natural, a Compagas entende que são necessárias ações de promoção e de maior visibilidade da marca, do produto gás natural e dos serviços que compõem esta empresa. Por isso, em 2016, executou ações que tiveram como objetivo reforçar os atributos do gás natural e ampliar a visibilidade da marca Compagas.

Assessoria de Imprensa

No ano, a Compagas foi citada por mais de 600 vezes nos veículos de comunicação, incluindo jornais, revistas, blogs, sites, rádios e TVs, sendo que em 94% dos casos, a veiculação foi de caráter positivo. Vale ressaltar a divulgação das ações e atuações da Compagas em veículos de grande abrangência e de alto impacto na sociedade: no ano, foram 11 aparições em veículos de destaque nacional e 106 inserções em veículos de abrangência estadual.

Mídias Sociais

Em 2016, a Compagas ampliou sua visibilidade nas redes sociais. No ano, mais de 2 milhões de pessoas foram impactadas por publicações da Companhia em sua página no Facebook e, no Instagram mais de mil pessoas são fãs da Compagas na rede social. A Compagas ainda mantém publicações em páginas do Twitter, Google+ e LinkedIn com o objetivo de promover a um maior número de pessoas mais informações sobre suas ações e as vantagens do gás natural.

Entre os assuntos que se destacaram nas páginas nas redes sociais estiveram os eventos realizados e patrocina-

dos, as campanhas publicitárias e os conteúdos que ressaltaram as vantagens e benefícios do gás natural, principalmente no que refere aos atributos relacionados aos segmentos de varejo, residencial e comercial, e ao Gás Natural Veicular (GNV). Dicas de consumo consciente e orientações sobre cuidados na manutenção de aparelhos a gás também foram temas bastante abordados nas publicações da Companhia para os públicos das redes.

Patrocínios

Alinhada à sua política de apoio às ações culturais e desportivas e com o objetivo de promover e fortalecer a marca Compagas e o gás natural, foram apoiados um total de 30 eventos ao longo de 2016. A marca Compagas esteve exposta a mais de 1,24 milhões de pessoas neste período. Além das cidades de atuação da Companhia, a empresa também apoiou ações realizadas em municípios da área de expansão, como em Londrina, Lapa e Foz do Iguaçu (região Oeste do estado).

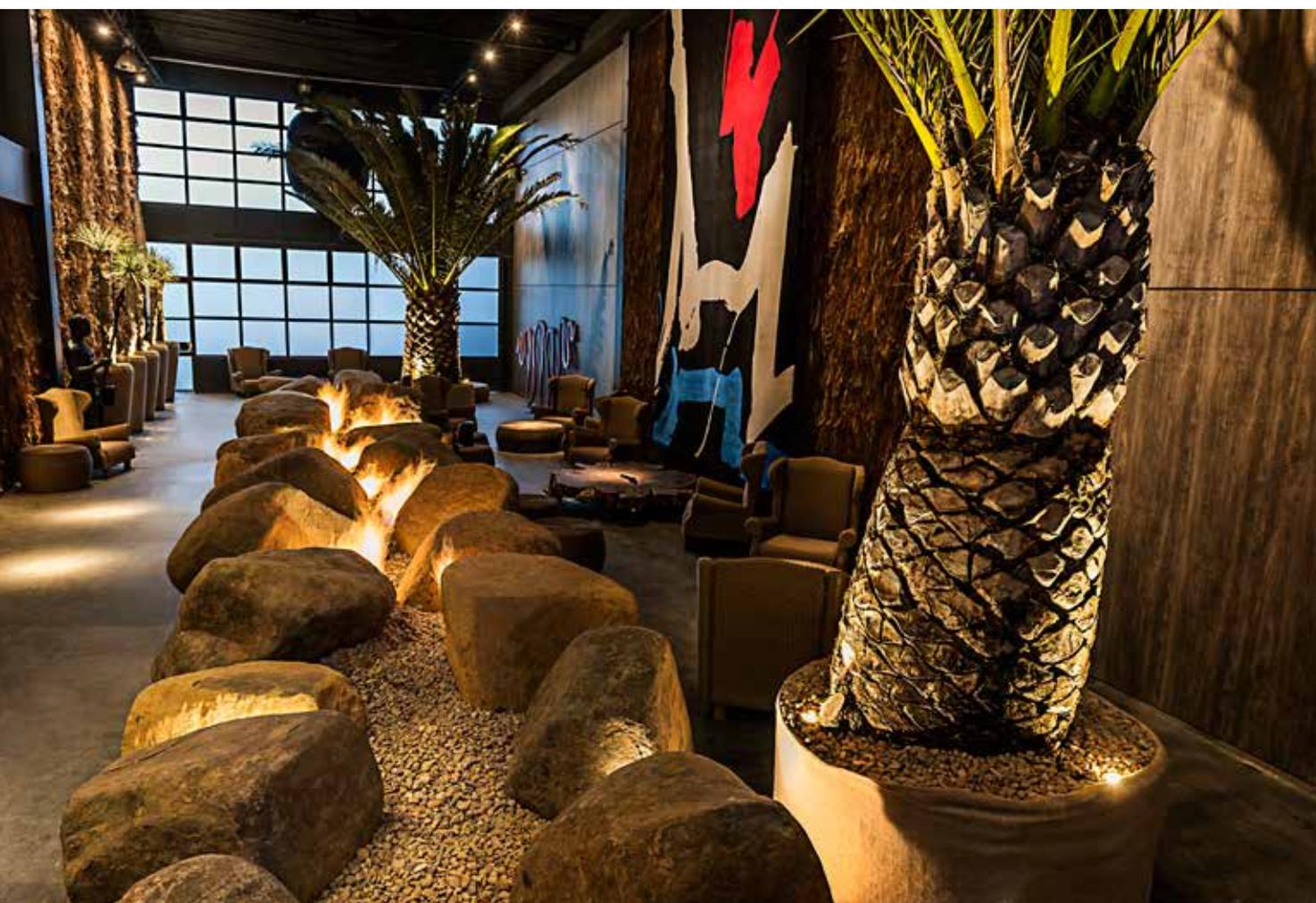
Um dos patrocínios de destaque do ano foi a participação da Compagas na Casa Cor Paraná pelo terceiro ano consecutivo. O gás natural foi a atração principal do espaço assinado pela empresa no evento, o Lounge

Compagas, que foi o local de eventos da mostra paranaense. O espaço exclusivo contou com uma lareira de oito metros de extensão além de materiais naturais, como plantas de grande porte, pedras e revestimento em piaçava, geralmente utilizados em ambientes externos, em uma área coberta com 250 m². A lareira funcionou com o gás natural e dentre as vantagens do combustível para o projeto, destacou-se a segurança e o custo-benefício, já que não é necessário usar madeira nem álcool para o acendimento, além de ser menos poluente, contou pontos a chama de maior exuberância e beleza. O Lounge Compagas foi eleito o melhor ambiente da edição 2016 da Casa Cor Paraná pelos profissionais da mostra.

Publicidade

Com o objetivo de destacar as vantagens competitivas do gás natural para todos os segmentos em que atua – comercial, industrial, residencial e veicular, a Compagas lançou em 2016 uma nova campanha publicitária. Utilizando como base a música de Dominquinhos “Isso aqui tá bom demais”, a ação tem como assinatura a frase “Com Compagas tá bom demais”.

A campanha ressalta os benefícios no uso do gás natural, como por exemplo o fornecimento contínuo, que elimina a preocupação do consumidor com estoque de combustível, no caso de residências e estabelecimentos comerciais, além de dispensar a necessidade de um local para armazenar botijões de gás. Para incenti-



Lounge Compagas na Casa Cor Paraná, espaço assinado pelo arquiteto e paisagista Wolfgang Schlögel.

var o consumo do Gás Natural Veicular (GNV), a campanha destaca as vantagens econômicas frente ao preço dos combustíveis líquidos (gasolina e etanol), e o desconto de mais de 70% no valor do IPVA.

Em 2016, as peças foram veiculadas no período de agosto a outubro em Curitiba e Região Metropolitana, com a divulgação em TV, rádio, jornal, mídia online e mídia exterior. Displays, banners, cartilhas e flyers complementaram o material de divulgação das vantagens em utilizar o gás natural.

Como resultado desta campanha pode-se destacar o aumento do número de protocolos de previsão de vendas. No período de veiculação das peças, a procura pelos serviços da Compagas nos chamados do call center cresceu mais de 140% em relação à média de atendimentos, sendo o segmento residencial o responsável pela maior demanda.

No mês de novembro, o segmento veicular ganhou destaque. As vantagens do Gás Natural Veicular (GNV) foram o tema central de uma campanha publicitária. Com foco principal no maior rendimento e no desconto do IPVA, a campanha reforçou a economia de mais de 40% que os motoristas podem ter com o uso do combustível.

As peças da campanha 'Com Compagas tá bom demais' foram adaptadas. Ao invés da chama, um odômetro trouxe a frase: 'Com GNV Compagas tá bom demais'. A campanha contou com anúncio em jornal, mobiliário urbano, mídias digitais e spot em rádios.

EA ECONOMIA?

COM COMPAGAS TÁ BOM DEMAIS.

COMPAGAS
GásNatural

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

facebook.com/compagas @compagasoficial

VERIFIQUE A DISPONIBILIDADE DA REDE NA SUA REGIÃO. **0800 6438383**
WWW.COMPAGAS.COM.BR

Capital Social e de Relacionamento

O desenvolvimento da Compagas bem como o seu sucesso depende de diversos públicos com quem a Companhia interage – acionistas, clientes e consumidores, fornecedores, governo e comunidades. O diferencial da Compagas está na qualidade de atendimento e no relacionamento junto a estes públicos.

Relacionamento com Clientes e Consumidores

O serviço de atendimento da Compagas é feito de forma eletrônica, através do 0800 643 83 83, e presencial, no Espaço Compagas. Em 2016, a Companhia registrou mais de 34,4 mil contatos telefônicos, mais de 5,6 mil solicitações do Fale Conosco (site Compagas), além dos atendimentos presenciais e através dos canais nas redes sociais, alcançando um total de 47,7 mil manifestos gerados no sistema e um aumento de 13% em relação ao ano de 2015.

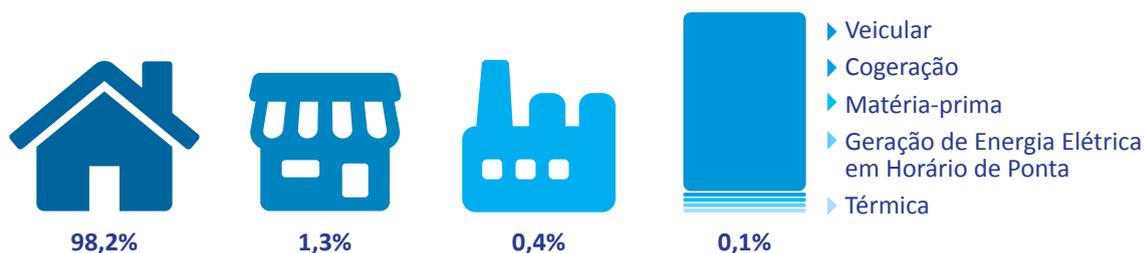
As demandas por serviços ou informações financeiras

representaram 56% dos contatos, sendo que os clientes residenciais foram os responsáveis por 92% de todas os registros da Central de Atendimento, com uma média de 121 manifestos abertos por dia para o segmento.

O relacionamento da Compagas com seus clientes e consumidores é pautado pela qualidade, segurança e pela melhoria contínua. O atendimento prestado, em especial ao segmento residencial, que representa 98% da base de clientes da Companhia, foi analisado por meio de uma pesquisa de satisfação realizada pela Gerência de Marketing.

Como resultado do ano, o índice de satisfação geral dos clientes foi de 8,5 e o indicador que mede a probabilidade de recomendar a Companhia teve média de 8,6. A imagem da Compagas também foi avaliada nesta pesquisa e recebeu a média 8,8. No total, foram analisados 70 edifícios convertidos no ano, o que representa mais de 2,2 mil unidades domiciliares que passaram a utilizar o gás natural para as principais atividades do dia a dia em 2016.

Perfil dos Clientes da Compagas



Gestão de Compras e Fornecedores

Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita à Lei 8.666/93 e à Lei Estadual nº 15.608/2007 do Paraná, que restringe as ações de seleção de fornecedores. A Companhia seleciona seus fornecedores, conforme definições em editais de licitação e cláusulas contratuais, seguindo as legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental. No ano de 2016 passou a vigorar a nova Lei das Estatais, nº 13.303, e a Compagas tem o prazo de até 30/06/2018 para se adequar a todos os quesitos da nova legislação.

Alinhada à legislação que rege os processos administrativos, contratos e licitações, em 2016, a Compagas realizou contratações através das modalidades Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Leilão. No ano, foram realizadas mais de 130 contratações decorrentes dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade.

Com a utilização dos processos licitatórios, Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, a Compagas obteve uma economia de mais de 35% nas contratações, quando comparado o valor

orçado e o valor realizado. As demais contratações foram executadas sob orçamento com mínimo de três fornecedores e autorizadas pelo menor preço.

Relacionamento com Comunidades

O gás natural é uma energia indutora de desenvolvimento. A infraestrutura da rede de distribuição do combustível favorece o surgimento ou a ampliação de polos industriais e de negócios e pode, conseqüentemente, ampliar a oferta de trabalho e a arrecadação de impostos, se convertendo em benefícios e mais serviços para a população.

Gestão de Impactos

As avaliações de impactos sobre as comunidades são realizadas nos estudos elaborados durante o licenciamento ambiental de cada projeto da Compagas. Nestes estudos, os impactos são mensurados de acordo com as características do lugar e do empreendimento a ser realizado.

Em 2016, a Compagas realizou ações compensatórias, entre as principais estão o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Baitaca, a Reposição Florestal em municípios dos Campos Gerais e o Plano Museológico do Museu do Tropeiro em Castro.

O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra da Baitaca é uma medida realizada em função do Projeto Nordeste RMC executado pela Compagas nos municípios de Colombo, Quatro Barras, Pinhais e Campina Grande do Sul. Trata-se da elaboração de documento técnico que estabelece os objetivos gerais da Unidade de Conservação, bem como normas, restrições para uso e ações de manejo a serem desenvolvidas, visando a prevenção de ocorrência de impactos negativos sobre o parque e garantindo a manutenção dos seus processos ecológicos. O Plano de Manejo de Unidades de Conservação é uma obrigação legal prevista pela Lei nº 9.985/2000 e será gerenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Como uma ação compensatória à obra de construção da rede de distribuição realizada nos Campos Gerais e de proteção ao meio ambiente, a Compagas executa a Reposição Florestal. O projeto prevê o plantio de espécies nativas em área equivalente à desmatada na obra realizada nos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e

Castro. Desta forma, foram selecionadas áreas de relevante função ecológica, tais como Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação, nas localidades afetadas pelo empreendimento para execução da reposição florestal.



Parque Estadual Serra da Baitaca: Plano de Manejo realizado pela Compagas é uma medida executada em função do Projeto Nordeste RMC.

O Plano Museológico do Museu do Tropeiro em Castro é uma medida compensatória firmada junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que estabeleceu as ações que esta Companhia deve cumprir em prol do patrimônio cultural e arqueológico no município de Castro. O Plano Museológico foi desenvolvido para o Museu do Tropeiro e é uma ferramenta de gestão da instituição que compreende o estabelecimento de objetivos e metas para execução dos programas propostos no período de dez anos.

Através dos programas ambientais, a Compagas mitiga impactos negativos e potencializa os positivos, realiza uma aproximação da Companhia com as comunidades impactadas, com o poder público municipal e às lideranças locais.

Investimentos Sociais através de Incentivos Fiscais

Anualmente, a Compagas destina parte do Imposto de Renda a projetos culturais, desportivos e voltados à infância e adolescência. Em 2016, foram destinados R\$ 290 mil para projetos enquadrados na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Pela Lei de Incentivo ao Esporte, foram destinados R\$ 75,5 mil, através dos recursos destinados ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), a Compagas apoiou dois projetos, com um total de R\$ 35 mil, e R\$ 40 mil foram destinados ao projeto do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. A empresa se preocupou em direcionar as ações para as comunidades que estão sob a sua área de atuação geográfica, visando o apoio e a promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões onde opera.

Área de Investimento	Valor	% de investimento em 2016	
Cultura	- Lei Rouanet: R\$ 290 mil		65%
Educação e Ações Sociais	- Lei do Idoso: R\$ 40 mil - FIA: R\$ 35 mil		17%
Esporte	- Lei de Incentivo ao Esporte: R\$ 75,5 mil		17%

Capital Natural

O gás natural é um dos combustíveis com menor índice de emissão de CO² ou gás carbônico. A crescente concentração deste gás pode implicar no aumento da capacidade da atmosfera de reter o calor e em fenômenos como o efeito estufa, inversões térmicas e aquecimento global. Com isso, pode-se dizer que o gás natural é um grande aliado para a redução de emissões de CO² na atmosfera. Diante de uma das principais vantagens de seu produto, a Compagas trabalha para que suas ações contribuam para a mitigação das emissões de poluentes na atmosfera e na preservação do meio ambiente.

Inventário de Gases de Efeito Estufa

A Compagas, em 2016, passou a elaborar inventários para quantificar as emissões de gases de efeito estufa seguindo a metodologia do programa brasileiro GHG Protocol. O resultado segue apresentado na tabela abaixo.

Emissões em toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e)			
GEE (t)	Escopo 1	Escopo 2	Escopo 3
CO2	170,00	33,43	224,53
CH4	6.694,14	0,00	0,54
N2O	4,12	0,00	6,56
Total	6.868,27	33,43	231,64

Para o Escopo 1 considerou a Combustão Móvel e os Processos Industriais, nos quais são calculadas as emissões decorrentes da utilização de combustíveis (GNV, diesel e gasolina) pela frota de veículos da Companhia e o gás liberado na atmosfera devido a emissões furtivas e às purgas de gás na manutenção da rede. Não houve oscilação no volume de emissões de CO₂ em relação ao ano de 2015.

O Escopo 2 contempla a aquisição de energia elétrica pela Companhia. No ano de 2016 a Compagas comprou 410,1 kWh para a sede administrativa em Curi-

tiba e suas unidades operacionais em Ponta Grossa e Londrina. Houve uma redução de 6,34% em relação ao ano anterior decorrente da redução no consumo na sede administrativa em Curitiba.

Para emissões do Escopo 3 foram consideradas as viagens a negócios, tanto em aeronaves como em ônibus, realizadas pelos funcionários da Companhia. No ano de 2016 ocorreu a inclusão do item deslocamento dos funcionários de casa ao trabalho ocasionando o aumento de 511% em relação ao ano anterior.

Consumo de Energia

A seguir são apresentados os valores de consumo de energia da Compagas em 2016.

Consumo de Energia (MWh)	
Unidades Administrativas Curitiba	404
Base Operacional Ponta Grossa	2,2
Base Operacional Londrina	3,9
Total	410,1

Consumo de Combustíveis

A tabela a seguir apresenta os valores de consumo de combustíveis da Companhia.

Consumo de Combustíveis		
Tipo de Combustível	Unidade	Consumo
GNV	m ³	46.016
Diesel	litros	3.270
Gasolina	litros	43.383

Capital de Infraestrutura

A Companhia encerrou o ano de 2016 com uma rede de distribuição de gás de 800 km, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Londrina, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Carambeí e Castro. Esta rede, composta de 471 km de aço carbono e de 328 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída para oferecer aos seus clientes um elevado grau de confiabilidade no abastecimento.

Visando a segurança e o fornecimento contínuo de gás natural, a Compagas realizou diversas ações de manutenção da rede de distribuição do combustível, incluindo manutenção preventiva, inspeções de rede, atuação em

Consumo de Água

Em 2016, o consumo total de água das unidades administrativas e bases operacionais da Compagas no Paraná foi de 2.756 m³. A fonte de todo o consumo foi o abastecimento municipal.

Resíduos

A Compagas gerencia os resíduos gerados em suas atividades conforme normas e políticas existentes. Desde o ano de 2009, a Companhia executa o Programa de Gerenciamento de Resíduos, buscando dar uma destinação final adequada aos materiais não reutilizáveis.

Em 2016, a Compagas realizou a destinação para reciclagem de 1,27 toneladas de papel/papelão e 264 lâmpadas; 73 kg de pilhas e 170 kg de resíduos perigosos foram corretamente encaminhados para aterro de resíduos classe I.

Destinação de Resíduos		
Resíduo	Unidade	Quantidade
Papel/Papelão	kg	1,27
Lâmpadas	Unidade	264
Pilhas	kg	73
Resíduos (estopas, filtros)	kg	170

interferências de terceiros, sinalização da rede, sistemas de medição e proteção catódica, as quais contribuíram para a redução dos períodos de descontinuidade no fornecimento de gás natural e no tempo de atendimento de cada interrupção, conforme apresentados nos indicadores do quadro abaixo.

Indicadores Operacionais

Indicadores Operacionais	2014	2015	2016
DEG	19 min	16 min	1 min
FEG	0,05	0,04	0,01
TAI	29 min	27 min	20 min
Perdas (%)	0,52	0,66	0,36

DEG = Duração equivalente de interrupção de gás (intervalo de tempo que cada consumidor sofreu descontinuidade no suprimento de gás)

FEG = Frequência equivalente de interrupção de gás (nº médio de interrupções em cada consumidor)

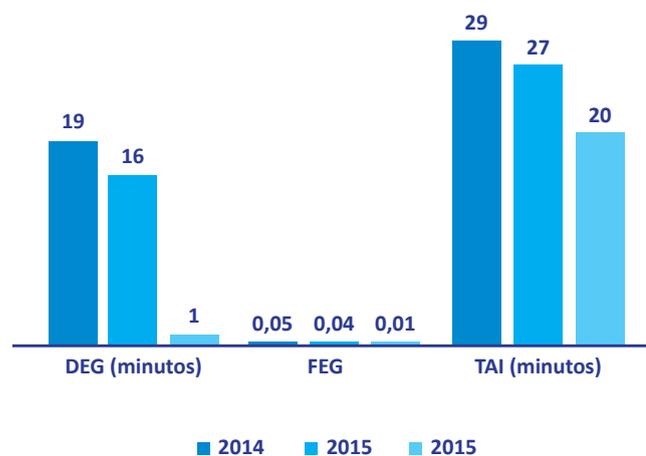
TAI = Tempo de atendimento de interrupção (intervalo médio entre o horário da solicitação de atendimento da ocorrência e o horário de chegada ao local)

Perdas = Perdas de operação-manutenção-medição (Percentual do volume faturado no ano).

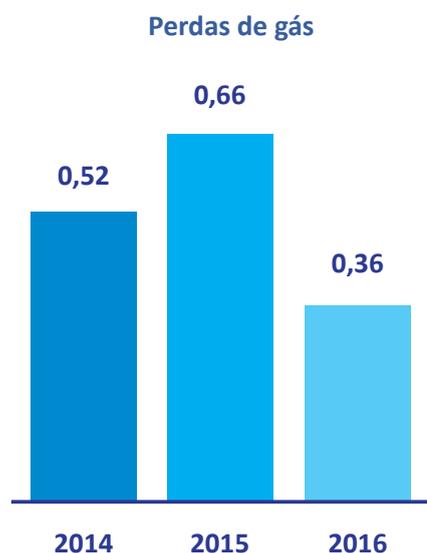
A qualidade de fornecimento, medida por indicadores de desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado, conhecidos como DEG (Duração Equivalente de Interrupção de Gás) e FEG (Frequência Equivalente de Interrupção de Gás) apresentou significativa melhora em 2016, em comparação com o ano anterior, resultado do incremento de manutenções periódicas, inspeções preventivas e do Programa de Prevenção de Danos na Rede de Distribuição de Gás Natural.

O Programa, que consiste na apresentação de palestras sobre procedimentos de segurança para escavação em locais próximos à rede de gás, teve grande influência no resultado do indicador DEG, uma vez que a Compagas não registrou interferências na sua rede de distribuição em 2016, reduzindo consideravelmente o intervalo de tempo em que cada consumidor sofreu descontinuidade no suprimento de gás natural. O tempo de atendimento de interrupção no fornecimento do combustível também caiu pelo segundo ano consecutivo.

Indicadores Operacionais



As perdas técnicas de gás são inerentes ao processo de manutenção e operação da rede de distribuição além de considerar as diferenças de medição entre o volume de gás fornecido pela Petrobras e o medido em todas as unidades consumidoras. Em 2016, as perdas representaram 0,36% do volume total faturado no ano. Esse indicador registrou uma redução de 45% quando comparado ao ano de 2015.



Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural chega a Paranaguá, Castro e São Mateus do Sul por meio do Gás Natural Comprimido (GNC). No total, a Compagas está presente em 17 municípios do estado e mantém seu objetivo de chegar a cada vez mais regiões.

Capital Econômico e Financeiro

Mesmo com o cenário adverso, no ano de 2016 a companhia teve um aumento de 14% no número de clientes principalmente no segmento residencial, porém, a Compagas desde o final do ano de 2014 é impactada pelos reflexos da desaceleração econômica e industrial, com queda nos índices de consumo de gás natural pelo mercado paranaense e consequente retração da atividade industrial no Estado, representando para a Companhia uma queda de 52% em 2016 quando comparado a 2015. Diante do cenário atual, e das expectativas para os próximos anos, a Compagas registrou *impairment* como resultado da avaliação dos seus ativos o que impactou os principais resultados econômicos da Companhia, conforme os itens a seguir.

Receita Operacional Bruta

Em 2016, a Compagas obteve um faturamento bru-

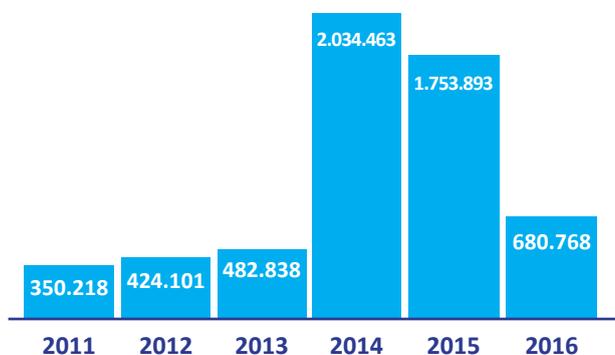
Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

Para a execução e operação de seus projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural, em 2016, a Compagas obteve a Licença Prévia do Projeto que prevê interligar a rede de distribuição nos municípios de Araucária, Lapa e São Mateus do Sul e a Licença de Operação para o Projeto que liga a rede aos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Castro. Foram concedidas as renovações de três licenças de operação para ramais em Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, Campo Largo, Balsa Nova, Palmeira e Ponta Grossa, além de quatro autorizações ambientais para ramais de atendimento a clientes.

No ano, a Companhia iniciou a execução dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) referentes ao Projeto Curitiba III – que prevê o abastecimento com a rede de distribuição de gás natural a mais bairros da capital paranaense -, e ao Projeto de Expansão do Município de Castro - que prevê o atendimento às indústrias localizadas Distrito Industrial I da localidade.

to de R\$ 680,7 milhões. A retração em relação ao ano anterior foi motivada pela continuidade da desaceleração industrial provocada pela instabilidade econômica nacional e pela redução do volume de gás natural utilizado pela Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA). No ano, a UEGA quase não despachou ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e com isso o consumo de gás natural foi 96% menor do que o registrado em 2015 e 98% mais baixo que o de 2014, quando a UEGA registrou seu melhor desempenho. A queda se deve ao menor uso da energia gerada pelas usinas termelétricas, conforme decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pela melhora do quadro hidrológico do país e também pela redução de carga do sistema em meio à queda no consumo de energia pela atividade econômica mais fraca. A incidência dos compromissos contratuais (*Take or Pay/Ship or Pay*) junto aos contratos de suprimento de gás natural também afetaram o resultado.

Receita Bruta

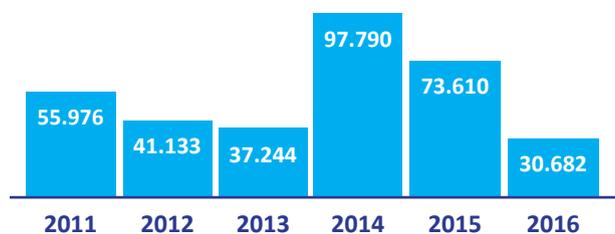


* Valores expressos em R\$ Mil

Geração de Caixa – LAJIDA

A Geração de Caixa pelo conceito LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) apresentou uma margem de 6,15% em relação à Receita Líquida e, assim, como a Receita Operacional, foi influenciada pelo menor volume de gás consumido pela UEGA, pela retração da atividade industrial provocada pela instabilidade econômica nacional e pelas incidências dos compromissos dos contratos de suprimento.

Lajida

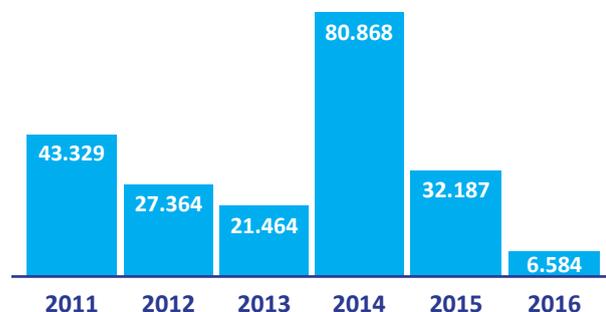


* Valores expressos em R\$ Mil

Resultado Operacional

O Resultado Operacional foi de R\$ 6,58 milhões. A queda em 2016 foi influenciada pelo menor volume consumido pela UEGA, dos reflexos da desaceleração econômica brasileira e da redução da atividade industrial, fatores estes que afetaram não apenas os resultados no Paraná como também o consumo de gás natural em todo o País.

Resultado Operacional

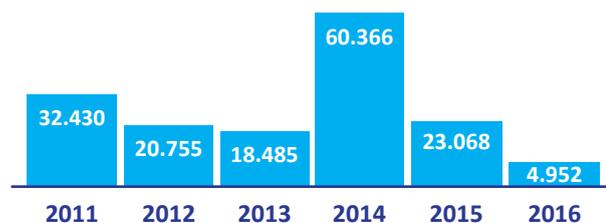


* Valores expressos em R\$ Mil

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 4,9 milhões em 2016. A redução, conforme verificada no gráfico a seguir está influenciada pelos efeitos citados no Resultado Operacional e LAJIDA.

Lucro líquido



* Valores expressos em R\$ Mil

Aspectos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Compagas era de R\$ 220.966 mil para um Patrimônio Líquido de R\$ 299.901 mil correspondendo a um valor patrimonial de R\$ 6,58 por ação.

O lucro disponível, no valor de R\$ 4.704 mil, é composto do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 4.952 mil, deduzido da constituição da Reserva Legal, no montante de R\$ 248 mil.

Com o pagamento de dividendos na forma de juros sobre o Capital Próprio, o valor a ser distribuído aos acionistas será de 25% do lucro após a destinação para Reserva Legal.

Audidores Independentes

Em conformidade com o art.3º da Lei nº 11.638/07 e com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes, o qual contempla a prestação exclusiva de serviços de auditoria independente. A KPMG realizou, em 2016, auditorias nas

contas da Compagas, com a aprovação de todos os balanços, sem ressalvas.

Adicionalmente, a Compagas recebeu o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as auditorias internas e as independentes encaminhadas pelos sócios para o acompanhamento da atividade e consolidação dos seus balanços.

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo		2016 Valor (Mil reais)		2015 Valor (Mil reais)			
Receita Líquida (RL)		498.705		1.311.829			
Resultado operacional (RO)		4.952		23.068			
Folha de pagamento bruta (FPB)		32.777		30.571			
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		2.165	6,60%	0,43%	2.046	6,69%	0,16%
Encargos sociais compulsórios		6.152	18,77%	1,23%	5.015	16,41%	0,38%
Previdência privada		1.822	5,56%	0,37%	1.522	4,98%	0,12%
Saúde		1.189	3,63%	0,24%	1.034	3,38%	0,08%
Segurança e saúde no trabalho		147	0,45%	0,03%	114	0,37%	0,01%
Educação		193	0,59%	0,04%	95	0,31%	0,01%
Cultura		4	0,01%	0,00%	8	0,03%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		241	0,73%	0,05%	353	1,16%	0,03%
Creches ou auxílio-creche		241	0,74%	0,05%	215	0,70%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados		1.670	5,10%	0,33%	2.174	7,11%	0,17%
Outros		985	3,01%	0,20%	805	2,63%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos		14.809	45,18%	2,97%	13.382	43,77%	1,02%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		0	0,00%	0,00%	5	0,02%	0,00%
Cultura		441	8,04%	0,09%	155	0,67%	0,01%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		918	16,75%	0,18%	978	4,24%	0,07%
Total das contribuições para a sociedade		1.359	24,79%	0,27%	1.139	4,94%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)		181.312	3307,40%	36,36%	212.333	920,47%	16,19%
Total - Indicadores sociais externos		182.670	3332,19%	36,63%	213.472	925,40%	16,27%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		25.905	472,55%	5,19%	68.417	296,59%	5,22%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		25.905	472,55%	5,19%	68.417	296,59%	5,22%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2016		2015			
Nº de empregados(as) ao final do período		162		162			
Nº de admissões durante o período		2		15			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		0		1			
Nº de estagiários(as)		10		10			

Nº de empregados(as) acima de 45 anos	54	55				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	48	48				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,30%	4,88%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2	2				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	2	2				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2016 Valor (Mil reais)					
	Metas 2017					
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,04	3,42				
Número total de acidentes de trabalho	12	0				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> apóia	Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0	no Procon 0	Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016: 219.416		Em 2015: 524.892			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	79% governo 2% acionistas	13% colaboradores(as) 5% terceiros	84% governo 5% acionistas	5% colaboradores(as) 6% terceiros		

CARTA ANUAL⁹

Perspectivas para 2017

A Compagas mantém boas expectativas para 2017, não apenas para o desenvolvimento da Companhia, como para o setor de gás natural no mercado nacional. Alguns temas de discussão no segmento são importantes para a Compagas e impactam no dia a dia da empresa, como os avanços das tratativas de renovação do contrato de suprimento de gás natural com a Bolívia e a continuidade das ações de viabilização de novas alternativas de suprimento para o Paraná, como o gás natural liquefeito (GNL) e o biometano. Outros dois temas de grande relevância para o setor que trarão impacto para a distribuidora serão a discussão em âmbito nacional da consolidação do novo modelo de contratação da parcela de transporte do gás natural para o gasoduto Bolívia-Brasil e a continuidade do Programa Gás para Crescer. Este último deve impulsionar novos investimentos no segmento e fortalecer a indústria nacional.

Quanto ao mercado paranaense, em 2017, a Compagas planeja ampliar a sua rede de distribuição nos municípios onde já atua, para atendimento aos segmentos industrial, veicular, comercial e residencial. Com foco no aumento de sua base de clientes, disponibilizará o gás natural para cada vez mais consumidores, com segurança e eficiência operacional. Além disso, a Companhia dará continuidade aos estudos e projetos que visam a busca de novas fontes de suprimento de gás para o Paraná.

Está previsto um investimento de R\$ 25,7 milhões em obras, na contratação de serviços e em outros ativos. O maior montante, de R\$ 14,5 milhões, será destinado à saturação dos mercados urbano e industrial. No ano, a Companhia prevê alcançar uma extensão total de 815 km de rede de distribuição e captar de mais de 3.500 novos consumidores. Com isso, a base de clientes deve crescer mais de 10%.

A Compagas destinará uma verba de R\$ 1,04 milhões para estudos e projetos de viabilidade junto à Copel no plano estratégico de suprimento de gás natural para o mercado paranaense. As empresas estudam a instalação de um terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) no porto do município de Pontal do Paraná, além da construção de um gasoduto de 130 km de extensão, para interligar o terminal de regaseificação à rede canalizada existente na Região Metropolitana de Curitiba. A intenção da Compagas é ampliar ainda mais este gasoduto, chegando até o Norte do Estado. Essa expansão está ancorada na implantação de três novas usinas termelétricas que a Copel prevê ofertar em leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): UTE Litoral, UEGA 2 e UTE Sul, cada uma podendo chegar a 500 MW de capacidade instalada.

Mais de R\$ 10 milhões serão destinados às obras que garantem a integridade da rede de distribuição de gás natural no Paraná, a projetos do segmento industrial para a região de Castro, nos Campos Gerais, e à área administrativa da Companhia.

A Compagas acredita que, mesmo em cenários macroeconômicos desfavoráveis, há grandes oportunidades e possibilidades de crescimento, e é por este caminho que a Companhia trilha seu futuro. A administração reconhece que suas ações e decisões são determinantes para a disseminação do uso do gás natural, e destaca a importância da busca incessante por novos mercados para ampliar a presença do gás natural na matriz energética do Paraná. A Compagas investiu e continuará investindo com o objetivo de levar o gás natural a um número cada vez maior de municípios do Estado, aumentando sua competitividade e consolidando-se como importante vetor de desenvolvimento sustentável, social e econômico.

⁹ Atendimento a Lei 13.303, art. 8, inciso I

COMPAGAS
REDE DE GÁS
MÃO
ESCALVAR
0800 643-8383

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas
Companhia Paranaense de Gás - Compagás
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás - Compagas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Gás - Compagas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em

nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 2 de fevereiro de 2017.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC 1PR048555/O-2

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.309	29.321	13	3.884	10.716
Contas a receber de clientes	7	64.518	58.504	13	132.984	87.384
Contas a receber de partes relacionadas	7	13.774	3.621	19	21.826	18.879
Estoques		2.861	2.118	10	6.438	-
Impostos a recuperar	9	830	8.720	14	8.148	8.832
Créditos nas operações de venda de gás	8	17.123	441		5.320	6.090
Despesas antecipadas		438	430	16.4	1.176	5.479
Outros ativos		439	425		141	141
		<u>135.292</u>	<u>103.580</u>		<u>217</u>	<u>368</u>
					<u>180.134</u>	<u>137.889</u>
Não circulante						
Aplicações financeiras	6	6.636	6.467	19	39.960	37.341
Créditos nas operações de venda de gás	8	10.933	21.346	18	4.826	4.221
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	49.181	19.504	15	1.673	724
Despesas antecipadas		133	153			
Depósitos judiciais	11	2.129	4.469		46.459	42.286
Ativos financeiros da concessão	12.2	83.378	13.638			
Outros ativos		30	30			
Intangível	12.3	238.509	306.708	16	220.966	220.966
					79.068	75.292
					(406)	(538)
		<u>390.929</u>	<u>372.315</u>		<u>299.628</u>	<u>295.720</u>
					<u>526.221</u>	<u>475.895</u>
					<u>526.221</u>	<u>475.895</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Receita líquida - venda de gás e serviços	20	498.705	1.311.830
Receita de construção	22	25.125	66.833
Total da receita líquida		523.830	1.378.663
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(462.162)	(1.242.863)
Custo de construção	22	(25.125)	(66.833)
Lucro bruto		36.543	68.967
Despesas com vendas	21	(19.724)	(15.081)
Despesas gerais e administrativas	21	(40.299)	(48.369)
Outras receitas operacionais, líquidas		28.912	22.887
Lucro antes das (despesas) receitas financeiras		5.432	28.404
Receitas financeiras	23	6.607	7.199
Despesas financeiras	23	(5.455)	(3.417)
		1.152	3.782
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.584	32.186
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10	(31.377)	(13.932)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	29.745	4.813
Lucro líquido do exercício		4.952	23.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	4.952	23.067
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	200	1.530
Tributos sobre ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(68)	(520)
Resultado abrangente do exercício	5.084	24.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes		Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		135.943	21.238	122.393	-	(1.548)	278.026
Realização da reserva de lucro		85.023	-	(85.023)	-	-	-
Ganhos atuariais		-	-	-	-	1.530	1.530
Tributos sobre ganhos atuariais		-	-	-	-	(520)	(520)
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	23.067	-	23.067
Destinações:							
. Constituição de reserva legal		-	1.153	-	(1.153)	-	-
. Dividendos obrigatórios	16.4	-	-	-	(6.383)	-	(6.383)
. Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	15.531	(15.531)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		220.966	22.391	52.901	-	(538)	295.720
Ganhos atuariais		-	-	-	-	200	200
Tributos sobre ganhos atuariais		-	-	-	-	(68)	(68)
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	4.952	-	4.952
Destinações:							
. Constituição de reserva legal		-	248	-	(248)	-	-
. Dividendos obrigatórios	16.4	-	-	-	(1.176)	-	(1.176)
. Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	3.528	(3.528)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		220.966	22.639	56.429	-	(406)	299.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		4.952	23.067
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	12	25.251	21.532
Despesa de imposto de renda e contribuição social	10	1.632	9.119
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	3.209	549
Perda para ajuste de preço nas operações de compra de gás		86.647	21.581
Provisão para contingências	15 e 18	1.029	7.744
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures		7.006	5.205
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(1.003)	(688)
Resultado na baixa do intangível		58	243
		128.781	88.352
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução de aplicação financeira		(169)	21
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras		(19.376)	119.817
(Aumento) redução de estoques		(743)	32
Redução de impostos a recuperar		7.890	43.334
(Aumento) de créditos nas operações de gás		(92.916)	(38.721)
Redução de depósitos judiciais		2.340	906
Redução (aumento) de despesas antecipadas		12	(146)
Aumento de outros ativos		(14)	(590)
Aumento (redução) de fornecedores de gás e contas a pagar		38.768	(154.441)
(Redução) aumento de impostos a pagar		(616)	10.659
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e encargos sociais		(770)	938
Pagamento de acordo judicial	15	(80)	(23.674)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(24.939)	(20.045)
Aumento (redução) de outras contas a pagar		586	(2.465)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		38.754	23.977
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível	12	(25.847)	(69.593)
Alienação do intangível	12	-	85
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(25.847)	(69.508)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(5.479)	(15.545)
Pagamento de debêntures		(18.804)	(6.214)
Pagamento de encargos		(6.168)	(4.958)
Recursos provenientes da emissão de debêntures		23.532	8.633
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(6.919)	(18.084)
(Redução) aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa		5.988	(63.615)
No início do exercício		29.321	92.936
No fim do exercício		35.309	29.321
		5.988	(63.615)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Nota	2016	2015
Receitas			
Venda de produtos e serviços		680.768	1.753.893
(-) ICMS - substituição tributária		(5.821)	(4.866)
Outras receitas		54.036	89.721
		<u>728.983</u>	<u>1.838.748</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(355.903)	(1.258.561)
Perda / recuperação de valores ativos		(87.479)	(12.378)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(27.435)	(26.988)
Outros		(20.106)	(1.611)
		<u>(490.923)</u>	<u>(1.299.538)</u>
Valor adicionado bruto		<u>238.060</u>	<u>539.210</u>
Depreciação e amortização	12	(25.251)	(21.532)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>212.809</u>	<u>517.678</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	23	6.607	7.214
		<u>6.607</u>	<u>7.214</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>219.416</u>	<u>524.892</u>
Pessoal			
Remuneração direta		22.201	21.630
Benefícios		5.598	4.990
FGTS		1.619	1.170
		<u>29.418</u>	<u>27.790</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		63.382	169.774
Estaduais		110.989	272.593
Municipais		-	-
		<u>174.371</u>	<u>442.367</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, multas e variações monetárias		5.455	27.105
Aluguéis		5.220	4.563
		<u>10.675</u>	<u>31.668</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	16	1.176	355
Juros sobre o capital próprio		-	6.028
Lucros retidos		3.776	16.684
		<u>4.952</u>	<u>23.067</u>
Valor adicionado distribuído		<u>219.416</u>	<u>524.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Rua Hasdrúbal Bellegard, 1177, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui atualmente uma rede de distribuição de 800 km e conta com 176 empregados (172 em dezembro de 2015).

Endividamento operacional

A Companhia monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo, visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios. Com base nesse monitoramento, toma ações para a manutenção dos fluxos de caixa para os períodos subseqüentes a cada exercício, considerando cenários e premissas baseados em seu julgamento. Atualmente a Companhia está renegociando a dívida com seu principal fornecedor, e também acionista indireto, a Petrobras. A renegociação está sendo tramitada no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um capital circulante líquido negativo em aproximadamente R\$ 45 milhões, devido substancialmente à discussão do passivo de take or pay e de ship or pay, relativos ao fornecimento de gás (Petrobrás), conforme comentado anteriormente. Como resultado dessa renegociação, a Companhia busca cumprir plenamente o seu plano de negócios plurianual, incluindo a geração de caixa, com mudança no perfil da dívida com o fornecedor e, se necessário, eventual aporte de capital em montante suficiente e que garanta a continuidade de suas operações.

Dentre os fatores que corroboram o entendimento de que a Companhia tem plena capacidade de manter sua continuidade operacional, os principais são:

- De acordo com o calendário provisório fixado no Termo de Arbitragem, os debates das partes ocorrerão em etapas até a data de 6 de setembro de 2017. Na sequência, todos os demais atos, ainda terão os prazos fixados pelo Tribunal Arbitral. Após encerramento da instrução, as partes deverão apresentar alegações finais (prazo de 30 dias). O prazo para prolação da sentença arbitral será de 60 dias, contados das alegações finais, prorrogáveis por igual período. Nesse contexto a Companhia não espera que a exigibilidade do passivo em questão aconteça no curto prazo.
- O Acordo de Acionistas prevê que, cada um dos acionistas, mediante chamamento do Conselho de Administração, compromete-se a subscrever e integralizar o número de ações até o limite do capital autorizado. O limite previsto no estatuto social é de 75 milhões de ações, equivalente à R\$ 493.228. Atualmente já foram subscritas 33.600 milhões de ações, equivalentes à R\$ 220.966. Neste sentido, a acionista controladora, Copel, se compromete e tem intenção de aportar as chamadas de capital, que eventualmente seriam necessárias para manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia.

Considerando o exposto e de acordo com a base contábil de continuidade operacional, a Companhia reafirma que as demonstrações contábeis são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e, portanto a Administração entende que a entidade será capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A autorização pela diretoria da Companhia para a emissão das informações financeiras em 31 de dezembro de 2016 ocorreu em 22 de fevereiro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio de resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12 - Ativos financeiros da concessão e intangível;
- Nota explicativa 15 - Provisão para contingências;
- Nota explicativa 18 - Benefícios a empregados;
- Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras .

a) Reconhecimento da receita

(i) Receita de prestação de serviços

As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável.

Mais especificamente, a receita de venda de gás é reconhecida quando o produto é entregue ao cliente.

(ii) Receita e custo de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 - Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização.

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias

de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

A Compagas não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a Companhia integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para a distribuição de gás natural.

No caso da construção de infraestrutura, a receita é reconhecida no resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que a Administração entende que a construção de infraestrutura não é uma fonte de receita e, portanto, de resultado, conforme demonstrado na nota explicativa 22.

(iii) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida

no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, quando aplicáveis. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Ativo financeiro disponível para venda

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mu-

danças, que não sejam perdas por redução ao valor, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

Disponíveis para venda

São designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, debêntures e outras contas a pagar. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d) Ativos circulantes e não circulantes

(i) Ativos financeiros de concessão

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação OCPC 05, ambas sobre Contratos de Concessão, o contrato da Compagas se enquadra no modelo bifurcado, onde parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo poder concedente, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro e ativo intangível.

A Companhia reconhece como ativo financeiros a parcela que será indenizada pelo poder concedente correspondente aos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão prevista em contrato e que, no entendimento da Administração assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”.

(ii) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os materiais em estoque que são classificados no ativo circulante são os destinados para manutenção e os de expediente, os materiais destinados a obras são classificados no ativo intangível em curso - materiais em depósito não são amortizados.

(iii) Intangível

Contrato de concessão

A Companhia reconhece como intangível, conforme determina o ICPC 01, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na nota explicativa 12. Adicionalmente, para fins de divulgação, os valores relativos a construção de infraestrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços ao Poder Concedente.

O ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, considerando o padrão de benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, conforme mencionado na nota explicativa 12.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados

descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

(iv) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$ 240 para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g) Provisão

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

O plano previdenciário chamado de “Plano III” é caracterizado pela acumulação de poupança na fase de atividade dos indivíduos, com reversão da poupança em renda no momento do direito a conquista do direito aos benefícios.

(ii) Plano assistencial

O plano assistencial chamado de “Pró-saúde” é caracterizado pelo custeio mensal da patrocinadora e empregados, calculado de acordo com o regime de repartição anual, com características de transferência de custeio intergeracional, com avaliação de passivo a longo prazo para o período de pós emprego.

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

• **Iniciativa de Divulgação - “Alterações ao CPC 26/IAS7”** - As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxo de caixa quanto outras

mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs.

- **Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas** - “Alterações ao CPC 32/IAS12” - As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações contábeis.

- **IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”** - Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

- **IFRS 15 - “Receita de contratos com Clientes”** - O princípio fundamental da nova norma é que as empresas reconheçam a receita para retratar a transferência de bens ou serviços a clientes nos montantes que refletem a contraprestação (ou seja, o pagamento), ao qual a empresa espera ter direito em troca de tais bens ou serviços. O novo padrão também irá resultar em divulgações sobre a receita, fornecer orientações para as operações que não foram previamente tratados de forma abrangente (por exemplo, a receita de serviços e contratos de modificações) e melhorar a orientação para contratos de vários elementos. Em maio de 2014 o IASB emitiu o IFRS 15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017.

- **IFRS 16 - “Arrendamentos”** - Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - Leases e correspondentes interpretações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	630	887
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	2.331	15.517
CDBs	32.348	12.917
	35.309	29.321

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDBs, e fundos de investimento referenciados à taxa DI, distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2016 é de 13,63% (13,18% em 31 de dezembro de 2015).

6. Aplicações financeiras

	2016	2015
Fundos de investimento	6.636	6.467
	6.636	6.467
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	6.636	6.467

Aplicações no montante de R\$ 6.495 em fundos de investimento junto ao Banco Itaú, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 17.

7. Contas a receber de clientes

	2016	2015
Distribuição de gás canalizado	83.216	63.920
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.924)	(1.795)
	78.292	62.125
Contas a receber de clientes	64.518	58.504
Contas a receber de partes relacionadas	13.774	3.621

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão ocorreu da seguinte forma:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	(1.795)	(1.310)
Constituição de provisão no exercício	(3.209)	(549)
Valores recuperados durante o exercício	80	64
Saldo no fim do exercício	(4.924)	(1.795)

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2016	2015
A vencer	44.934	58.038
Vencidos até 60 dias	18.141	4.007
Vencidos de 61 até 180 dias	1.104	850
Vencidos acima de 181 dias (*)	19.037	1.025
	<u>83.216</u>	<u>63.920</u>

(*) Valor referente, substancialmente, às faturas emitidas para cliente do segmento termoeletrico as quais foram recebidas em janeiro de 2017.

8. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	2016	2015
Créditos de "Take or Pay"- Gás (*)	10.933	21.346
Créditos de "Ship or Pay"- Gás (*)	89.640	36.107
(-) Impairment - Ship or pay (*)	(89.640)	(36.107)
Créditos nas operações de venda de gás	<u>17.123</u>	<u>441</u>
Total	<u>28.057</u>	<u>21.787</u>
Ativo circulante	17.123	441
Ativo não circulante	10.933	21.346

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Este saldo é corrigido mensalmente, atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, decorrente da revisão dos projetos e cenários para os próximos anos, a Companhia efetuou ajuste de valor recuperável (*impairment*) do crédito de *ship or pay* a compensar.

No ano de 2016 houve a cobrança de *Take or Pay* e *Ship or Pay* decorrente de volume consumido abaixo do contratado motivado pela retração do mercado consumidor. Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2016 será efetuada parcialmente. Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do *Take or Pay* do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar - TOP(*)
2018	362
2019	451
2020 a 2024	<u>10.120</u>
	<u>10.933</u>

(*) Contempla os valores de Take or Pay (TOP) registrados na rubrica de depósitos judiciais.

9. Impostos a recuperar

	2016	2015
IRPJ e CSLL a compensar	-	6.113
IRRF a compensar	830	975
ICMS	-	420
Pis a compensar	-	216
Cofins a compensar	-	996
Total	830	8.720

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar são provenientes dos recolhimentos efetuados pelo critério de estimativa mensal e o saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras.

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1 Resultado do exercício (despesa)/receita

	2016	2015
Imposto corrente		
Imposto de renda	(22.789)	(10.120)
Contribuição social	(8.588)	(3.812)
	(31.377)	(13.932)
Imposto diferido		
Imposto de renda	21.871	3.539
Contribuição social	7.874	1.274
	29.745	4.813
Despesa com imposto de renda e contribuição social	1.632	(9.119)

10.2 Conciliação do cálculo da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Descrição:				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.584	6.584	32.186	32.186
Adições e exclusões permanentes				
.. Contribuições, doações e patrocínio	1.359	1.359	978	978
.. Operações de venda de gás (<i>impairment</i>)	86.646	86.646	12.379	12.379
.. Outros	838	838	3.340	3.340
Total	95.427	95.427	42.361	42.361
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(23.857)	(8.588)	(10.590)	(3.812)
Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA e etc)	1.068	-	470	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	(22.789)	(8.588)	(10.120)	(3.812)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	21.871	7.874	3.539	1.274
Total	(918)	(714)	(6.581)	(2.538)

10.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ativo:		
Provisão atuarial	4.826	4.221
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.764	728
Provisão de créditos nas operações de aquisição gás	139.751	53.104
Base do crédito fiscal diferido ativo	146.341	58.053
Imposto de renda diferido ativo	36.585	14.513
Contribuição social diferida ativa	13.171	5.225
Subtotal	49.756	19.738
Passivo:		
Atualização monetária ativo financeiro	(1.691)	(688)
Base do passivo fiscal diferido	(1.691)	(688)
Imposto de renda diferido passivo	(423)	(172)
Contribuição social diferida passiva	(152)	(62)
Subtotal	(575)	(234)
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias – líquido	49.181	19.504

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	2016	2015
2017	420	238
2018 a 2019	47.901	10.797
2020 a 2021	860	8.459
	<u>49.181</u>	<u>19.504</u>

Os créditos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor (receita) dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 29.471 (R\$ 4.813 em 31 de dezembro de 2016).

11. Depósitos judiciais

	2016	2015
Cíveis	39	-
Fornecedores (*)	1.938	4.286
Trabalhistas	153	183
	<u>2.129</u>	<u>4.469</u>

(*) Contempla os valores de *take or pay* (TOP) liquidados através de depósitos judiciais em decorrência da discussão de nomeação do gás contratado pela Compagas nos três city gates em operação.

12. Ativos de concessão - ativo financeiro e ativo intangível

12.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

- parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

	Custo	Amortização	Líquido	
			2016	2015
Ativo intangível de concessão				
Em serviço	366.694	(168.421)	198.273	187.609
Em formação	40.236	-	40.236	119.099
Total do intangível	406.930	(168.421)	238.509	306.708
Ativo financeiro indenizável da concessão	83.378	-	83.378	13.638
Total do ativo de concessão e intangível	490.308	(168.421)	321.887	320.346

12.2 Ativos financeiros da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	Movimentações - 2016				Saldo em 2015
	Saldo em 2016	Adições	Transferências	Baixas	
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	83.378	1.003	68.737	-	13.638
Total do ativo intangível	83.378	1.003	68.737 ^(*)	-	13.638

(*) Transferência do ativo intangível

	Movimentações - 2015				Saldo em 2014
	Saldo em 2015	Adições	Transferências	Baixas	
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	13.638	688	11.030	-	1.920
Total do ativo intangível	13.638	688	11.030 ^(*)	-	1.920

(*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento supracitado que alterou a remuneração e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual líquido estimado pela Companhia é de R\$ 94.308 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2016. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

12.3 Ativo intangível - composição

	Vida útil média em anos	Saldo em 2016	Movimentações - 2016			Saldo em 2015
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	300.837	-	33.876	-	266.961
Equip. operação gasoduto	10	51.136	81	1.418	-	49.637
Benfeitorias em bens 3ºs	10	1.421	-	-	(2)	1.426
Móveis e utensílios	10	1.728	20	(5)	(65)	1.778
Equip. de informática	10	2.976	170	(35)	-	2.841
Veículos	10	3.004	458	(77)	-	2.623
Software e outros		5.589	31	(6)	-	5.564
Amortização acumulada		(168.418)	(25.251)	-	54	(143.221)
 Total do intangível em serviço		 198.273	 (24.491)	 35.171	 (16)	 187.609
 Total do intangível em formação		 40.236	 25.087	 (103.908)	 (42)	 119.099
 Total do ativo intangível		 238.509	 596	 (68.737) ^(*)	 (58)	 306.708

(*) Transferência para ativo financeiro

	Vida útil média em anos	Saldo em 2015	Movimentações – 2015			Saldo em 2014
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	266.961	5.826	41.340	-	219.795
Equip. operação gasoduto	10	49.637	747	1.959	-	46.931
Benfeitorias em bens 3ºs	10	1.426	13	(1)	-	1.414
Móveis e utensílios	10	1.778	83	(6)	(57)	1.758
Equip. de informática	10	2.841	197	(18)	-	2.662
Veículos	10	2.623	215	(16)	(259)	2.683
Software e outros		5.564	245	(27)	-	5.346
Amortização acumulada		(143.221)	(21.532)	-	308	(121.997)
Total do intangível em serviço		187.609	(14.206)	43.231	(8)	158.592
Total do intangível em formação		119.099	62.267	(54.261)	(320)	111.413
Total do ativo intangível		306.708	48.061	(11.030) ^(*)	(328)	270.005

(*) Transferência para ativo financeiro

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço quando da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

Os prédios da sede administrativa e as bases operacionais são alugados de terceiros, cujos contratos vencerão em 2017. A Companhia tem um custo mensal com estes aluguéis de R\$ 355 aproximadamente.

13. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedor de gás - Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 17)	132.984	87.384
Fornecedores de materiais e serviços no país	3.884	10.716
	136.868	98.100

14. Impostos a pagar

	2016	2015
Cofins	1.083	1.128
Pis	234	244
Imposto de renda retido na fonte	714	1.423
ICMS	5.336	5.378
INSS	567	486
FGTS	214	171
Outros	-	2
	<u>8.148</u>	<u>8.832</u>

15. Provisão para contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

15.1 Ações com risco de perda avaliadas como prováveis

Natureza	2016	Adições	Reversões	Quitação	2015
Cíveis	1.001	977	-	(47)	71
Trabalhistas	672	58	(6)	(33)	653
Total	<u>1.673</u>	<u>1.035</u>	<u>(6)</u>	<u>(80)</u>	<u>724</u>

15.1.1 Trabalhistas

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

15.1.2 Cíveis

As ações cíveis nas quais a Companhia é parte e referem-se, principalmente, a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. A provisão cível foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

15.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

Natureza	2016	2015
Trabalhistas (15.2.1)	248	457
Fiscais (15.2.2)	838	915
Cíveis (15.2.3)	13.220	10.425
Valor líquido das estimativas para litígios	14.306	11.797

15.2.1 *Trabalhistas*

Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2016, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 248 (R\$ 457 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

15.2.2 *Fiscais*

Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 838 (R\$ 915 em 31 de dezembro de 2015). Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é possível.

15.2.3 *Cíveis*

Demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante estimado como perda possível relativo as demandas cíveis era aproximadamente R\$ 13.220 (R\$ 10.425 em 31 de dezembro de 2015), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 220.966 (R\$ 220.966 em 31 de dezembro de 2015) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 6,58 cada, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia-Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A - Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

16.2 Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

16.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

16.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 35), aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2016, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	4.952	23.067
Reserva legal	(248)	(1.153)
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	1.176	355
Juros sobre capital próprio	-	6.028
(-) IRRF - JCP	-	(904)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.176	5.479
Participação do dividendo/JCP no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

Conforme Lei 9.249/95 os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios e contabilizados como despesas financeiras em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros foram eliminados das despesas financeiras e estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

16.5 Lucro por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2016	2015
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia R\$	4.952	23.067
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação R\$	0,15	0,69

17. Transações com partes relacionadas

17.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar	-	-	664	2.794	-	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro						
Dividendos a pagar	-	-	319	1.342	-	-
Reembolso de salários	-	-	-	136	(183)	(284)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Dividendos a pagar	-	-	319	1.342	-	-
Reembolso de salários	-	-	123	137	(522)	(284)
Outras partes relacionadas						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras						
Ship/Take or Pay	28.056	21.787	-	-	-	-
Aquisição de gás para revenda	-	-	132.984	87.384	(325.268)	(1.175.864)
Prestação de serviço de transporte	-	-	-	-	-	-
Petrobrás Distribuidora S.A. - Petrobras						
Receita com venda de gás	469	401	-	-	11.687	10.897
Outras receitas	-	-	-	-	12	8
Petrobrás Distribuidora S.A. - BR Asfaltos						
Receita com venda de gás	23	15	-	-	708	596
UEG Araucária Ltda.						
Receita com venda de gás	13.281	3.205	-	-	33.190	1.049.268
Outras receitas	-	-	-	-	20.301	10.976
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(298)	(345)
Copel Telecomunicações S.A.						
Rede conexão / internet	-	-	-	-	(143)	(132)
BNDES* e BNDESPAR						
Financiamentos	-	-	61.786	56.220	(2.883)	(3.347)

(*) O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

17.2 Remuneração dos Administradores

A ata da 87ª Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2016, fixou para o ano de 2016 o montante para remuneração anual dos Administradores de R\$ 2.686 (R\$ 2.382 em 2015) e para remuneração anual do Conselho Fiscal o montante de R\$ 198 (R\$ 224 em 2015).

18. Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos.

- Plano de benefício previdenciário
- Plano de benefício assistencial

Balço patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.826 (R\$ 4.221 em 2015) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	2016	2015
Valor presente das obrigações totais	29.983	4.826	34.809	26.705
Valor justo dos ativos	(29.983)	-	(29.983)	(22.484)
Obrigação adescoberto	-	4.826	4.826	4.221

18.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de “Plano III”, é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2016, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	2016	2015
Plano de assistência saúde	(200)	(1.530)
Plano de de previdência (CD)	-	-
	(200)	(1.530)

18.2 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado “Plano Pró-Saúde”, que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

18.2.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	2016	2015
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	4.221	4.844
Custo do serviço corrente e juros	803	907
(Ganho)/perda atuarial	(200)	(1.530)
	4.826	4.221

18.2.2 Componentes da despesa/(receita) do plano (Pró-saúde) projetada

	2016	2015
Custo do serviço	167	140
Custo dos juros	291	670
	458	810

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

Dados populacionais	2016	2015
• Ativos		
Número de participantes ativos:	163	163
Idade média em anos:	42,24	41,17
Serviço creditado total	8,68	7,88
Tempo para aposentadoria	14,73	15,59
Renda média em R\$	9.127,20	7.823,09
Aposentados		
Número de participantes aposentados:	1	1
Idade média em anos:	55,73	54,78
Benefício médio em R\$	1.262,49	1.172,98
População total	164	164
• Hipóteses econômicas		
Taxa de anual de juro atuarial real (Duration)	5,87	7,28%
Taxa anual de inflação projetada	5,15	6,80%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00	2,00%
Taxa anual de evolução custos médicos	1	2,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	97,50	96,60%

• **Hipóteses atuariais**

Taxa de rotatividade	0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (-10%)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de invalidez	A.VINDAS
% de casados na data de aposentadoria	80%
Diferença de idade entre homens e mulheres	Real (ou 4 anos)

19. Debêntures

• **Características:** Debêntures simples, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626 e R\$ 33.620. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620 e o valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	2016
			Inicial	Final			
1ª	16.12.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	18.122
2ª	16.06.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	8.089
3ª	21.10.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	6.514
4ª	27.04.2015	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	5.293
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	TJLP+2,17%a.a.	33.620	11.966
2ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	11.802
							61.786

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos trimestralmente	Flutuante	Compagas	BNDES Participações S.A BNDESPAR

Finalidade

Financiar o plano de investimentos da emissora.

Mutação dos debêntures	Circulante	Não circulante	2016	2015
Saldo anterior	18.879	37.340	56.220	53.554
Ingressos	-	23.532	23.532	8.633
Encargos	7.007	-	7.006	5.204
Transferências	20.912	(20.912)	-	-
Amortização - principal	(18.804)	-	(18.804)	(6.214)
Pagamento - encargos	(6.168)	-	(6.168)	(4.958)
Total	21.826	39.960	61.786	56.220

19.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos Covenants previstas nos contratos de debêntures.

20. Receita operacional líquida - venda de gás e serviços

	2016	2015
Receita de vendas de gás	680.768	1.753.893
Impostos sobre vendas	(182.063)	(442.063)
Receita operacional líquida	498.705	1.311.830

21. Custos e despesas por natureza

	2016	2015
Locações	(5.220)	(4.563)
Compra de gás natural	(325.268)	(1.175.864)
Distribuição de gás	(87.995)	(23.249)
Pessoal	(32.778)	(30.586)
Despesas gerais	(17.925)	(25.221)
Materiais	(1.448)	(1.608)
Serviços de terceiros	(22.938)	(20.886)
Tributos e taxas fiscais	(3.362)	(2.804)
Amortização	(25.251)	(21.532)
	(522.185)	(1.306.313)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(462.162)	(1.242.863)
Despesas administrativas	(40.299)	(48.369)
Despesas com vendas	(19.724)	(15.081)
	(522.185)	(1.306.313)

22. *Receitas e custos de construção*

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim e não auferes receitas decorrentes desta operação. Para a construção de gasodutos a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, deste modo a construção se apresenta integralmente para a empresa como um encargo contratual de colocação de ativos à disposição para a execução do objeto da exploração dos serviços de distribuição de gás natural.

	2016	2015
Receitas de construção	25.125	66.833
Custos de construção	(25.125)	(66.833)
Resultado líquido	-	-

23. *Despesas e receitas financeiras*

	2016	2015
Rendimento de aplicações financeiras	4.244	4.854
Despesas financeiras (*)	(5.455)	(3.432)
Juros e outras	2.363	2.360
Resultado financeiro líquido	1.152	3.782

(*) Capitalização de juros efetuada no período.

24. *Instrumentos financeiros*

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

Os ativos financeiros e passivos financeiros estão mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

Categoria de instrumentos financeiros

	Valor contábil	
	2016	2015
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	35.309	29.321
Clientes	78.292	62.125
Mantidos para negociação	-	-
Aplicações financeiras	6.636	6.467
Ativos financeiros da concessão	83.378	13.638
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores - aquisição de gás	132.984	87.384
Debêntures	61.786	56.220
Outros fornecedores	3.884	10.716

25. Fatores de risco**25.1 Risco de crédito**

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

	Valor contábil	
	2016	2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	35.309	29.321
Clientes (ii)	78.292	62.125
	<u>113.601</u>	<u>91.446</u>

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, os quais representam sua máxima exposição de risco de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota explicativa 5.

(ii) Clientes

Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível.

Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi estabelecida no valor de R\$ 4.924 (R\$ 1.795 em 31 de dezembro de 2015) e representa 5,9% (2,8% em 31 de dezembro de 2015) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. Os vencimentos e movimentação da provisão está demonstrada na nota explicativa 7. Devido ao acompanhamento das contas a receber e a política de cobrança, o índice de inadimplência apresenta o valor médio de 6,1% (2,1% em 31 de dezembro de 2015) .

25.2 Risco de mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

(i) Risco de taxa de câmbio

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais(R\$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobrás. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

		2016		
		Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores				
	Aquisição de gás	-	132.984	55.922
		-	132.984	55.922
		2015		
		Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores				
	Aquisição de gás	-	87.384	87.384
		-	87.384	87.384

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos. A Companhia não opera com derivativos.

25.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

Instrumentos financeiros não derivativos	2016				Total
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	35.309	-	-	-	35.309
Clientes	78.292	-	-	-	78.292
Aplicação financeira	-	-	6.636	-	6.636
Ativos financeiros da concessão	-	-	83.378	-	83.378
	<u>113.601</u>	<u>-</u>	<u>90.014</u>	<u>-</u>	<u>203.615</u>
Passivo					
Debêntures	21.826	-	39.960	-	61.786
Fornecedores	3.884	-	-	-	3.884
Fornecedores - aquisição de gás	132.984	-	-	-	132.984
	<u>158.694</u>	<u>-</u>	<u>39.960</u>	<u>-</u>	<u>198.654</u>
Instrumentos financeiros não derivativos	2015				Total
	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	29.321	-	-	-	29.321
Clientes	62.125	-	-	-	62.125
Aplicação financeira	-	-	6.467	-	6.467
	<u>91.446</u>	<u>-</u>	<u>6.467</u>	<u>-</u>	<u>97.913</u>
Passivo					
Debêntures	18.879	-	37.341	-	56.220
Fornecedores - aquisição de gás	87.384	-	-	-	87.384
	<u>106.263</u>	<u>-</u>	<u>37.341</u>	<u>-</u>	<u>143.604</u>

26. Seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Data de vigência	Importância segurada R\$	Prêmio pago
Responsabilidade civil e danos materiais	26/04/2016 a 26/04/2017	470	4
Responsabilidade civil e danos materiais	16/11/2016 a 16/11/2017	640	78
Riscos operacionais	31/10/2016 a 30/10/2017	3.600	359
Responsabilidade civil	16/02/2016 a 16/02/2017	5.000	107
Responsabilidade civil e danos materiais	18/12/2016 a 18/12/2017	21.750	7



**PARECER DO CONSELHO
FISCAL DA COMPAGAS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPAGAS

Exercício de 2016

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer favorável da KPMG Auditores Independentes, datado de 02 de março de 2017, emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos acionistas da COMPAGAS.-x-x-

Curitiba, 03 de março de 2017.

Cláudio Luiz Pacheco

Luciano Kulka Ribas

Reinaldo Luz Ceia de Souza

COMPAGAS EM NÚMEROS	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
MERCADO							
Número de clientes	36189	31790	26052	21018	16405	12025	9288
Volume consumido de gás (m ³ mil no ano)	476284	997396	1089714	380375	373938	367673	350649
Volume consumido de gás (m ³ /dia em Dez)	1176,9	1.291,2	3410,5	857,4	1021,7	920,4	857,2
Consumo médio por cliente (m ³ /dia em Dez)	0,03	0,04	0,13	0,04	0,06	0,08	0,09
Número de cidades atendidas	16	16	14	14	13	12	10
IMPLANTAÇÃO DA REDE							
Investimento total até a data (R\$ mil)	406931	449.931	392003	315.197	274373	252.680	230.207
Extensão total da rede (Km)	800	780	726	646	602	574	546
Investimentos por rede implantada (R\$ mil/Km)	508,66	576,83	539,95	487,92	455,77	440,21	421,62
INDICADORES OPERACIONAIS							
Frequência de acidentes com empregados *	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero
DEG – Duração de Interrupção de gás p/ clientes * (min)	Zero	16	19	24	4	13	1
FEG – Frequência de Interrupção de gás p/ clientes *	0,001	0,04	0,05	0,06	0,04	0,09	0,03
(*) Observações à partir de Jul/00							
CORPO FUNCIONAL							
Número de colaboradores em Dez	175	171	172	163	150	128	119
Admissões no período	2	5	12	16	27	28	17
% Mulheres que trabalham na empresa	0,296	0,296	0,263	0,296	0,291	0,273	0,243
Volume consumido de gás por colaborador (m ³ mil/colab.)	2.721,6	5.832,7	6.335,5	2.333,6	2.492,9	2.872,4	2.946,6
Valor adicionado por colaborador (R\$ mil/colab.)	1.258,4	3.069,5	2.759,7	404,2	471,9	552,8	854,3
DADOS ECONÔMICOS							
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	498.705	1.311.830	1.664.646	382.011	334.854	274.349	266.723
Lucro Bruto (R\$ mil)	36.543	68.967	140.603	63.282	64.065	69.426	80.498
Depreciação (R\$ mil)	25.251	21.532	16.921	15.780	13.769	12.648	11.508
Lucro / Prejuízo do período (R\$ mil)	4.952	23.067	60.366	18.485	20.755	32.430	40.538
Valor Adicionado (R\$ mil)	220.221	524.892	474.665	65.886	70.781	70.756	101.664
Ebitda (R\$ mil)	30.682	73.610	97.790	37.244	41.133	55.976	67.479
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	299.901	295.720	278.026	235.626	222.305	206.480	194.678
INDICADORES FINANCEIROS							
Liquidez Seca	1,28	0,77	1,13	1,24	1,41	1,17	1,07
Endividamento Total	0,43	0,35	0,56	0,24	0,24	0,28	0,29
Margem Operacional	-0,04	0,02	0,05	0,05	0,08	0,15	0,18
Margem Líquida	1,1	0,02	0,03	0,04	0,06	0,12	0,15
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,02	0,09	0,22	0,08	0,09	0,16	0,21
Ebitda / Rec.Operac. Líquida	0,06	0,06	0,06	0,10	0,12	0,20	0,25

2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	Var. 16/15%	Var. 15/14%
6731	4510	2928	1904	1415	752	233	85	56	13,84	22,03
295313	316795	345349	414095	248523	218373	184255	210318	134228	-52,25	-8,47
806,4	649,1	735,8	1587,3	722,1	587,1	464,6	485,4	349,5	-8,85	-62,14
0,12	0,19	0,29	0,41	0,48	0,78	1,99	5,70	6,20	-19,93	-68,97
9	7	7	7	7	7w	7	7	7	0,00	14,29
217.953	194.486	168.527	154.749	145.072	135.233	117.197	103.448	74.607	-9,56	14,78
520	499	465	459	448	437	409	391	280	2,56	7,44
419,14	389,75	362,42	337,14	323,82	309,40	285,80	264,60	266,50	-11,82	6,83
Zero	Zero									
1	27	8	0	19	3	4	23	8	0,00	-15,79
0,01	0,08	0,04	0,1	0,1	0,05	0,07	0,1	0,19	-97,50	-20,00
106	104	107	97	91	84	76	72	55	2,34	-0,58
8	30	20	11	11	10	7	19	21	-60,00	-58,33
0,226	0,211	0,168	0,237	0,297	0,159	0,263	0,200	0,273	0,10	12,76
2.786,0	3.046,1	3.227,6	2.936,1	2.731,0	2.599,7	2.332,3	2.921,1	2.440,5	-53,34	-7,94
750,3	836,9	1.138,1	1.329,1	1.111,5	1.260,2	1.150,8	400,1	229,1	-59,00	11,23
224.402	231.323	220.418	251.934	211.162	287.928	256.810	90.211	49.628	-61,98	-21,19
65.190	52.591	77.469	65.021	60.786	73.308	50.935	12.907	4.008	-47,01	-50,95
8.912	8.976	7.232	6.688	5.119	4.482	3.890	2.362	1.995	17,27	27,25
31.899	32.523	47.941	37.453	32.657	43.353	29.404	2.455	(1.272)	-78,53	-61,79
79.532	87.033	118.360	128.926	101.149	112.320	90.916	28.807	12.598	-58,04	10,58
51.660	50.327	72.977	61.785	56.281	70.999	48.689	8.930	1.356	-58,32	-24,73
186.688	170.201	157.750	130.613	116.216	91.314	59.128	36.602	34.147	1,41	6,36
1,10	1,19	1,36	1,09	1,07	0,80	1,01	0,84	1,24	66,23	-31,86
0,30	0,36	0,38	0,48	0,44	0,83	0,82	0,70	0,68	22,86	-37,50
0,22	0,17	0,30	0,22	0,24	0,23	0,17	0,07	-0,01	-286,96	-54,00
0,17	0,14	0,18	0,15	0,15	0,15	0,12	0,03	-0,03	-43,75	-41,33
0,17	0,19	0,30	0,29	0,28	0,47	0,50	0,07	-0,04	-78,82	-61,36
0,23	0,22	0,33	0,25	0,27	0,25	0,19	0,10	0,03	9,86	-4,67



COMPAGAS

GásNatural



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO